

Capítulo 4

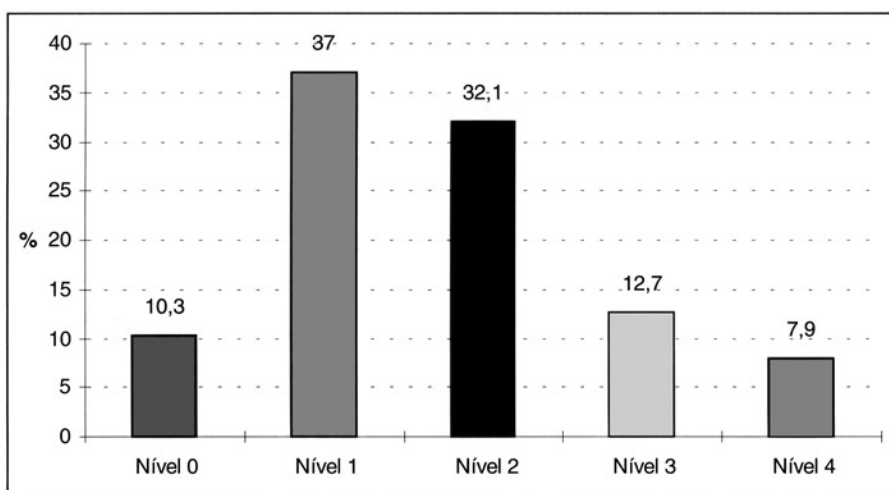
NÍVEIS DE LITERACIA DA POPULAÇÃO ADULTA

Uma vez exposta, embora de forma sumária, a metodologia adoptada para a definição dos níveis de literacia dos indivíduos, é altura de passar à apresentação dos resultados obtidos.

4.1. Resultados globais

Uma primeira análise, em termos globais, revela que a maior parte dos inquiridos se situa em níveis de literacia baixos ou muito baixos, sendo bastante reduzidas as percentagens correspondentes aos níveis superiores de literacia. É o que se pode observar pela leitura do Gráfico 4.1.

Gráfico 4.1: Resultados globais da distribuição da população por níveis de literacia



No Nível 0 situam-se, desde logo, 10,3% dos inquiridos. Os Níveis 1 e 2 são aqueles que englobam as maiores percentagens (37,0% e 32,1%, respectivamente). Finalmente, no Nível 3 localizam-se 12,7% e no Nível 4 aparecem apenas 7,9%.

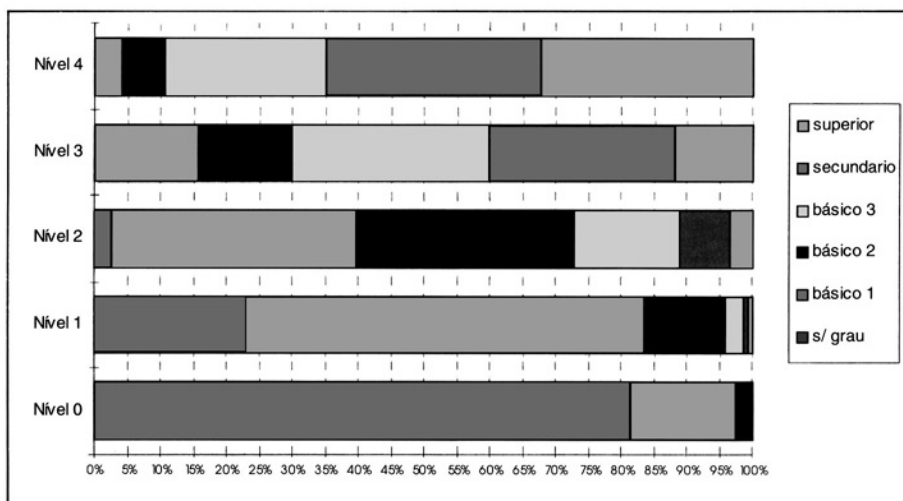
Os inquiridos localizados no Nível 0 são aqueles que demonstraram total incapacidade para resolver qualquer das tarefas. O peso que atingem no conjunto da amostra (10,3%), sem dúvida elevado, não é, contudo, inesperado se tivermos em conta a percentagem de analfabetos literais identificados no Censo de 1991 (11% dos portugueses com mais de 10 anos) e, ainda, a elevada percentagem de população adulta activa que não possui qualquer grau de escolaridade completo (17,8% da população dos 15 aos 64 anos, também de acordo com o mesmo Censo).

É possível estimar, no conjunto da população do Continente dos 15 aos 64, a existência de cerca de 600 mil pessoas nestas condições.

A população que se encontra neste nível não apresenta, no entanto, características homogéneas e, por isso, valerá a pena que sobre ela se façam algumas considerações que permitam um conhecimento mais preciso do seu perfil em função das duas variáveis mais relevantes para este efeito.

Nos Gráficos 4.2 e 4.3 apresenta-se a composição de cada um dos níveis de literacia em função do grau de escolaridade e da idade dos inquiridos.

Gráfico 4.2: Graus de escolaridade por níveis de literacia



Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

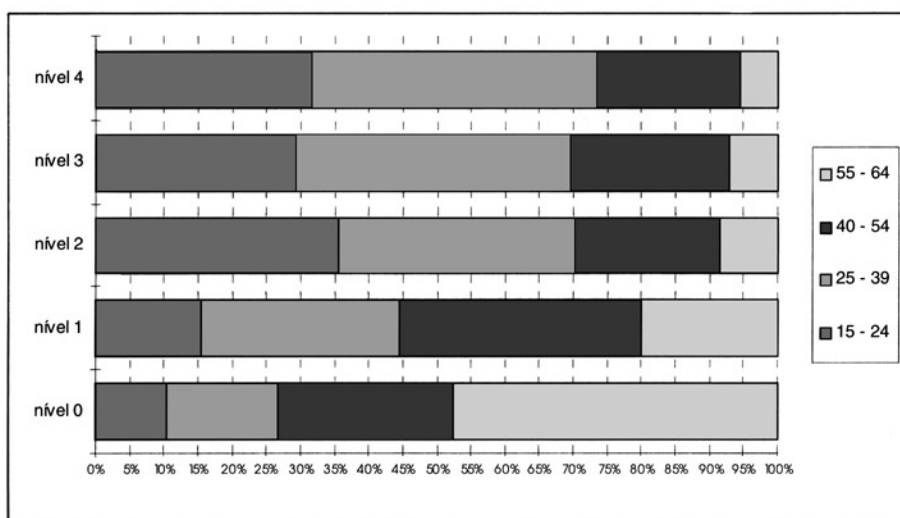
Assim, considerando a variável escolaridade, verifica-se que os indivíduos do Nível 0 de literacia, contrariamente ao que por vezes tem sido admitido, não são somente os não escolarizados. De facto, se a grande maioria (cerca de 80%) não possui qualquer grau de escolaridade completo, conclui-se que perto

de 18% dos indivíduos deste nível de literacia completaram o 1º ciclo e aproximadamente 2% o 2º ciclo do ensino básico.

Quando se considera a variável idade, observa-se que cerca de 48% do total dos indivíduos deste nível pertencem ao grupo etário dos 55 aos 64 anos. Se, como se poderia esperar, a insuficiência de competências de leitura, escrita e cálculo atinge, de forma mais intensa, os grupos mais idosos, importa também referir que não são desprezáveis as percentagens de indivíduos que, embora de grupos etários mais jovens, se encontram nas mesmas condições. Com efeito, 10% têm entre 15 e 24 anos, 16% encontram-se no grupo dos 25 aos 39 anos e 25% têm entre 40 e 54 anos.

Um outro elemento interessante, para a caracterização dos indivíduos deste nível de literacia, refere-se à forma como os mesmos avaliam as suas próprias competências de leitura, escrita e cálculo.

Gráfico 4.3: Grupos de idade por níveis de literacia



Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

No que respeita à leitura, cerca de 68% referem não saber ler, 21% consideram as suas capacidades de leitura “fracas”, 10% “razoáveis” e 1% “boas”. Quanto à escrita, os indivíduos deste nível de literacia avaliam as suas competências de forma semelhante às da leitura. Já no que se refere ao cálculo a situação apresenta-se ligeiramente diferente: cerca de 62% consideram que não sabem realizar operações aritméticas, 26% classificam as capacidades nesse domínio como “fracas”, 11% como “razoáveis” e 1% como “boas”.

A maioria destes indivíduos reconhece, pois, a ausência de qualquer tipo de competência nas três dimensões analisadas. Não deixa, no entanto, de ser importante assinalar que parte dos inquiridos, auto-avaliando-se como portadora de algum tipo de competências, não tenha sido capaz de resolver tarefas tendo por base a utilização de material escrito.

No Nível 1 de literacia encontram-se 37,0% dos inquiridos o que, em termos de população alvo deste estudo, representa cerca de 2,3 milhões de indivíduos.

Trata-se de um número muito significativo de pessoas, sobretudo se atendermos ao facto de estarmos perante um nível em que as tarefas são pouco exigentes em termos de competências. Com efeito, neste nível, a correcta resolução das tarefas implica, em geral, apenas a localização, em textos pequenos e pouco complexos, de palavras ou expressões referidas nas instruções.

Também neste nível se encontram indivíduos com diferentes graus de escolaridade. Se bem que a maior parte (mais de 60%) pertença ao grupo dos que têm o 1º ciclo do ensino básico, encontram-se igualmente aqui indivíduos com o 2º ciclo (na ordem dos 12%), com o 3º ciclo (à volta de 3%) e, embora com valores residuais, com o ensino secundário (cerca de 1%) e com o ensino superior (cerca de 0,5%). Por outro lado, também aqui se encontram indivíduos sem qualquer grau de escolaridade completo, ou seja, sem terem concluído o 1º ciclo, representando perto de 23% do total dos inquiridos deste nível de literacia.

No que se refere à idade, os indivíduos deste nível pertencem, fundamentalmente, ao grupo com mais de 40 anos (cerca de 55%, tendo 20% mais de 55 anos), apresentando os grupos mais jovens valores inferiores, embora não insignificantes. Assim, os indivíduos com idades entre os 25 e os 39 anos constituem perto de um terço do total deste nível (cerca de 30%) e os jovens dos 15 aos 24 anos aproximadamente 15%.

No Nível 2 de literacia encontram-se 32,1% dos indivíduos inquiridos, o que significa, em termos de população, qualquer coisa como 2 milhões de pessoas.

Relembre-se que neste nível de literacia se encontram os indivíduos com competências adequadas à resolução de tarefas que requerem, em geral, processamento de informação um pouco mais elaborado, implicando a associação directa entre palavras ou expressões que se encontram no texto ou documento e nas instruções da tarefa a realizar ou, no caso do cálculo, a realização de operações sequenciais com valores facilmente identificáveis.

As características da população deste nível, em termos de escolaridade, revelam que a grande maioria é constituída por indivíduos com os dois primeiros ciclos do ensino básico (37% com o 1º e 33% com o 2º). Quanto aos restantes graus de escolaridade verificam-se também algumas diferenças quando se compara com o Nível 1. De facto, os indivíduos com graus de escolaridade superiores começam a aparecer em maior percentagem (16,2% com o 3º ciclo do ensino básico, 7,5% com o ensino secundário e 3,6% com o ensino superior), enquanto que os sem qualquer grau de escolaridade são agora em valor residual (2,6%).

Em sentido idêntico apontam os dados relativos à estrutura etária dos indivíduos deste nível de literacia. Assim, a população com mais de 40 anos representa cerca de 30% do total (dos quais aproximadamente 9% têm entre 55 e 64 anos), sendo que, no Nível 1, atingia mais de 50%. Por seu lado, os mais jovens representam agora mais de dois terços do total de inquiridos (34% com idades entre os 25 e os 39 anos e 35% do grupo dos 15 aos 24 anos), contra os cerca de um terço no caso do Nível 1.

No Nível 3 de literacia encontram-se 12,7% dos inquiridos, ou seja, em termos da população em estudo, aproximadamente 800 mil pessoas.

Este valor, bastante baixo comparativamente com os dois níveis anteriores, torna-se ainda mais preocupante se tivermos em conta que as tarefas deste nível não são as mais complexas da prova. As tarefas deste nível implicam a capacidade de seleccionar e organizar informação, relacionar ideias contidas em textos um pouco mais longos e complexos, ou fundamentar uma conclusão; e, em termos de cálculo, o equacionamento de problemas e a realização de operações sequenciais.

Os indivíduos que se encontram neste nível apresentam uma estrutura de escolarização que aponta para a pouca representação dos detentores de graus de escolaridade mais baixos, prolongando a tendência já observada no Nível 2.

Assim, verifica-se o desaparecimento dos indivíduos sem qualquer grau de escolaridade completo, os que possuem o 1º ciclo do ensino básico não ultrapassam os 16% e os do 2º ciclo rondam os 14%. Os grupos mais representados neste nível são os detentores do 3º ciclo do ensino básico, com cerca de 30%, e do ensino secundário, com aproximadamente 28%. Refira-se, finalmente, que os indivíduos com formação superior representam cerca de 12% dos situados neste nível.

A análise da estrutura de idades indica, igualmente, a rarefacção progressiva dos mais velhos. Assim, o grupo de indivíduos com mais de 40 anos não ultrapassa os 30% do total do nível (dos quais 7% entre os 55 e os 64 anos), o grupo dos 25 aos 39 anos tem cerca de 40% e o grupo dos mais novos, com idades entre os 15 e os 24 anos, perto de 29%.

Finalmente, no Nível 4 encontram-se 7,9% dos inquiridos o que, em termos de população, significa cerca de 480 mil pessoas.

Este é o nível que inclui as tarefas de maior complexidade da prova que se utilizou como instrumento principal do estudo aqui apresentado. As competências implicadas na sua correcta resolução envolvem a integração de informação múltipla em textos mais longos e densos que os dos níveis precedentes. São tarefas típicas deste nível a elaboração da síntese da ideia principal de um texto, a fundamentação de um enunciado ou a resolução de problemas quantitativos exigindo opções em várias etapas.

A percentagem de indivíduos que aqui se localiza indica, desde logo, quão escasso é o número de portugueses que se relacionam sem grande dificuldade com a informação escrita, processando-a de modo relativamente elaborado.

A análise dos graus de escolaridade dos indivíduos que aqui se localizam evidencia a escassez dos grupos de escolaridade mais reduzida – nenhum indivíduo sem grau de escolaridade completo aqui se encontra, os detentores do 1º ciclo não ultrapassam os 4% e os do 2º ciclo 6% – e, consequentemente, a primazia dos grupos com escolaridade mais avançada – 24% têm o 3º ciclo do ensino básico, cerca de 32% o ensino secundário e perto de outros 32% o ensino superior.

Por seu lado, a análise da estrutura de idades dos indivíduos deste nível revela a presença maioritária dos mais jovens – 32% com 15 a 24 anos, 42% com 25 a 39 anos e 26% com mais de 40 anos, dos quais 6% com idade superior a 55 anos.

Apresentada a distribuição da população inquirida pelos diferentes níveis de literacia, uma das questões que se colocam quanto à interpretação da situação identificada é qual a posição relativa de Portugal num contexto internacional. Se, como se mencionou, no Estudo Nacional de Literacia o perfil de competências dos inquiridos se revelou bastante baixo (cerca de 50% das pessoas não ultrapassam o Nível 1), como situar este panorama num quadro mais alargado que contemple diferentes países?

A resposta a esta questão pode apenas ser dada de modo aproximativo, por duas razões. A primeira tem a ver com o carácter estritamente nacional da pesquisa. Como se fez já referência¹, a prova utilizada, embora partindo de um conceito de literacia que é comum aos diferentes estudos que nos últimos anos se têm realizado sobre o tema e tendo adoptado um procedimento de construção dos níveis de literacia também bastante semelhante, não foi elaborada de forma a garantir a transversalidade dos suportes para além do contexto nacional. Por este motivo, qualquer possibilidade de comparação directa fica comprometida. A segunda razão limitativa dessa intenção tem a ver com o facto de o único estudo internacional até ao momento realizado não ter abrangido mais de sete países (Canadá, Alemanha, Holanda, Polónia, Suécia, Suíça e Estados Unidos da América), o que restringe, sem dúvida, o campo de comparação possível.

Apesar destas observações, a partir dos resultados do IALS, recentemente divulgados, algum tipo de comparação indirecta poderá ser feita. Algumas advertências quanto a diferenças metodológicas entre o Estudo Nacional de Literacia e essa pesquisa internacional são, no entanto, necessárias. Uma delas diz respeito à contemplação no IALS de três escalas de literacia em função do domínio considerado (prosa, documento e quantitativo). O nível de literacia dos indivíduos nunca é, assim, analisado globalmente, o que acontece sempre na presente pesquisa. Além disso, o Nível 0 não é considerado. Em certa medida, esse é já um dado importante para uma análise comparativa, pois é a pouca expressão, nesses países, dos indivíduos que não são capazes de resolver correctamente qualquer tarefa que justifica a sua integração no Nível 1. O mesmo tipo de justificação é válido para o prolongamento do número de níveis de literacia em sentido inverso. Em vez de uma subdivisão das três escalas em quatro níveis, optou-se, nessa pesquisa, por considerar cinco níveis. No entanto, os resultados dos Níveis 4 e 5 podem ser agregados numa única categoria, o que foi, aliás, a solução adoptada pelo IALS na divulgação dos dados.

A análise do perfil de literacia dos sete países considerados no IALS revela fortes diferenças. Se hierarquizarmos esses países em função da forma como, em cada um, a população se distribui pelos níveis de literacia, nos extremos situar-se-ão a Suécia e a Polónia. A Suécia porque revela um padrão

¹ Ver Capítulo 3.

de competências bastante superior ao identificado nos restantes países, com cerca de 32% a 36% dos indivíduos no Nível 4/5, e apenas 6% a 8% no Nível 1. A Polónia porque, pelo contrário, revela um padrão de competências bastante reduzido, com cerca de 39% a 46% das pessoas no Nível 1 e unicamente 3% a 7% no Nível 4/5. Os outros países considerados – Canadá, Alemanha, Holanda, Suíça e Estados Unidos da América – correspondem a situações intermédias, mas bastante diferenciadas não só do elevado perfil de literacia identificado na Suécia (em nenhum desses países a percentagem de indivíduos no Nível 4/5 chega sequer a atingir 25%), como também das diminutas competências que caracterizam a Polónia (o valor máximo que, entre esses países, ocorre relativamente ao Nível 1 ronda os 24%).

Estes resultados, não obstante o conjunto de factores atrás enunciados que alertam para a impossibilidade de uma comparação directa, contribuem, sem dúvida, para sublinhar o baixo perfil das competências de literacia da população portuguesa. Se tivermos presente que no estudo internacional o Nível 1 corresponde ao somatório dos Níveis 0 e 1 utilizados no Estudo Nacional de Literacia, percebe-se a proximidade entre a Polónia e Portugal quanto à distribuição global da literacia. Constituindo aquele país um caso singular entre o conjunto de países que integraram o IALS, não deixa de ser preocupante verificar não só a proximidade relativamente a Portugal, como sobretudo a distância que separa ambos os países dos restantes, quando se trata de avaliar as competências de leitura, escrita e cálculo da população adulta.

4.2. Resultados por grau de escolaridade

Uma vez examinados, em termos de panorama global, os níveis de literacia da população adulta portuguesa, importa aprofundar um pouco mais a análise, desdobrando os resultados segundo um conjunto de variáveis fundamentais de composição social.

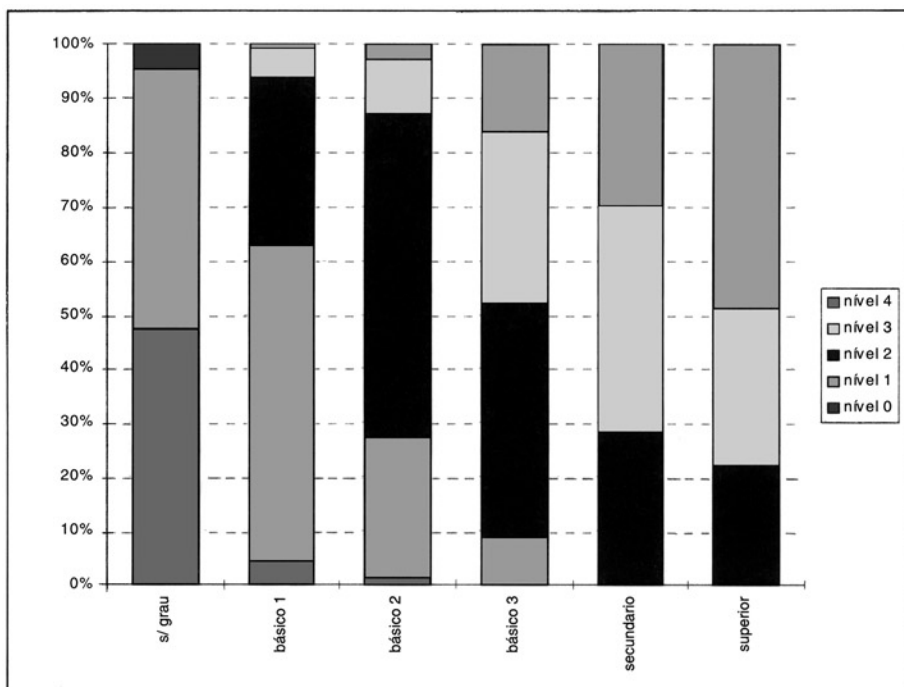
Um aspecto decisivo a considerar é o das relações entre níveis de literacia e graus de ensino formal das populações. Como já se referiu, essas relações são fortes mas estão longe de ser simples ou lineares. No Gráfico 4.4 apresentam-se os resultados por grau de escolaridade. A sua análise mostra diferentes distribuições dos níveis de literacia dos inquiridos para cada um dos graus de ensino.

Assim, os indivíduos sem grau de escolaridade completo, ou seja, com menos que o 1º ciclo do ensino básico, distribuem-se, de forma mais ou menos equitativa, pelos Níveis 0 e 1, tendo cerca de 5% dos indivíduos com estas características atingido o Nível 2.

Os detentores do 1º ciclo do ensino básico distribuem-se, por seu lado, fundamentalmente pelo Nível 1 (cerca de 58%) e, de seguida, pelo Nível 2 (cerca 31%). Os indivíduos deste grau de escolaridade com níveis de literacia mais elevados apresentam-se como residuais, cerca de 5% com o Nível 3 e cerca de 1% com o Nível 4.

Os inquiridos com o 2º ciclo do ensino básico têm como nível modal o Nível 2 de literacia (com cerca de 60% dos indivíduos entrevistados), embora se encontre também um valor significativo de indivíduos com o Nível 1 (cerca de 26%). São residuais as percentagens de indivíduos com este grau de escolaridade que se situam, por um lado, nos níveis de literacia mais elevados (cerca de 10% com Nível 3 e de 3% com Nível 4) bem como, por outro lado, no Nível 0 (cerca de 1%).

Gráfico 4.4: Níveis de literacia segundo o grau de escolaridade



Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

Os detentores do 3º ciclo do ensino básico distribuem-se especialmente pelos Níveis 2 (cerca de 43%) e 3 (cerca de 32%). Os inquiridos desse grau de escolaridade com o Nível 4 são apenas 16% e com o Nível 1 cerca de 9%, não se situando nenhum no Nível 0.

Os indivíduos com o ensino secundário e com o ensino superior são, como seria de esperar face à associação verificada entre as variáveis, os que apresentam níveis de literacia mais elevados. De facto, a presença nestes escalões de ensino de indivíduos com os níveis mais baixos é perfeitamente residual (cerca de 0,3% do secundário e 0,2% do superior com o Nível 1) ou inexistente (Nível 0). Um pouco menos de 30% dos possuidores do ensino secundário e um pouco mais de 20% dos que possuem um grau superior situam-se no Nível 2. Os indivíduos com o ensino secundário têm como nível modal o Nível 3 (cerca de 40%), enquanto que nos detentores de formação superior a moda se situa no Nível 4 (cerca de 47%). Refira-se, contudo, que os indivíduos com estes graus de escolaridade se distribuem por quase toda a escala, contrariando suposições correntes de que, em especial para os detentores de formação superior, a sua colocação esmagadora deveria situar-se no nível mais alto.

4.3. Resultados por idade

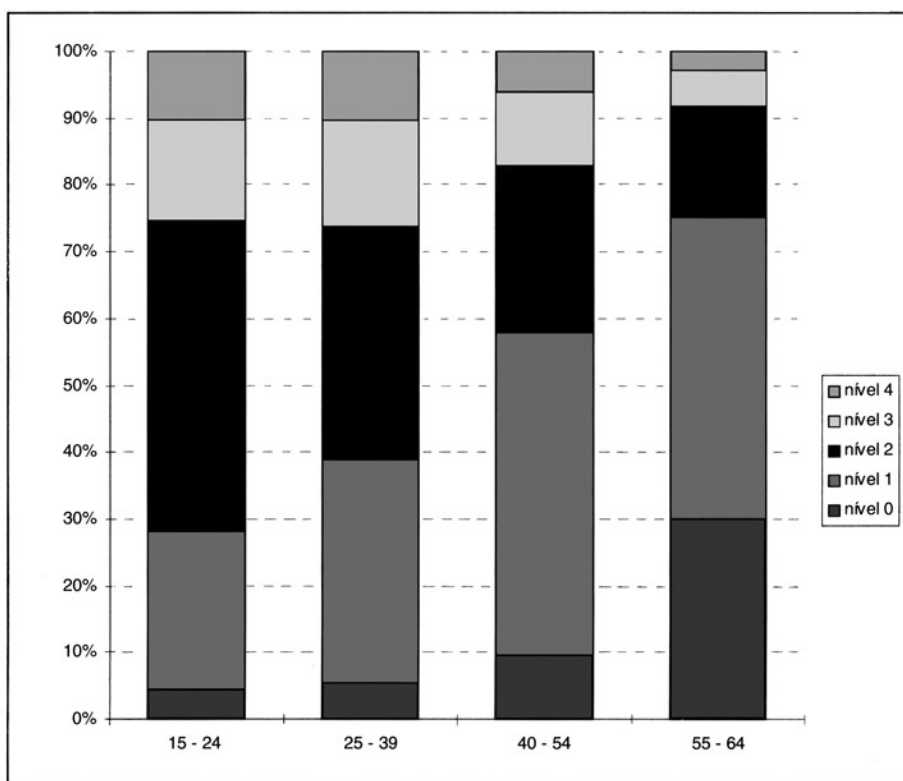
A análise dos níveis de literacia segundo a idade dos inquiridos, conforme o Gráfico 4.5, revela desde logo que as competências de literacia vão melhorando gradualmente com as sucessivas gerações da população.

O grupo etário compreendido entre os 55 e os 64 anos é o que apresenta a maior percentagem de indivíduos com Nível 0 de literacia: cerca de 30%, comparativamente com 9,7%, 5,3% e 4,4%, respectivamente, nos grupos dos 40-54 anos, 25-39 anos e 15-24 anos. Correlativamente, é ainda naquele grupo que se verificam as maiores quebras nos níveis de literacia mais elevados. De facto, com 45% dos inquiridos no Nível 1, os valores baixam de forma abrupta nos níveis subsequentes, sendo bastante residual a percentagem de indivíduos deste grupo etário que se encontram no Nível 3 e no Nível 4.

Nos grupos etários mais jovens, pelo contrário, é o Nível 0 que assume valores residuais, ao mesmo tempo que apresentam as maiores percentagens de posicionamentos no Nível 4 (aproximadamente 10%). A diferença mais

significativa entre o escalão etário dos 15 aos 24 anos e o dos 25 aos 39 anos é o peso relativo dos Níveis 1 e 2. No primeiro escalão etário há 24% de indivíduos com o Nível 1 e 47% com o Nível 2; no segundo a composição é de 34% com o Nível 1 e 35% com o Nível 2.

Gráfico 4.5: Níveis de literacia segundo o grupo de idade



Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

É evidente que a relação verificada entre idade e níveis de literacia decorre, em grande medida, da associação conhecida entre formação escolar e idade. De facto, como se sabe, e este estudo confirmou, as gerações mais velhas são menos escolarizadas do que as gerações mais novas. No entanto, é de admitir a existência de efeitos específicos atribuíveis à idade, relativamente independentes do grau de escolaridade. O Quadro 4.1 permite explorar algumas hipóteses a este respeito.

Nos níveis mais baixos de escolaridade (sem grau completo ou básico-1) verifica-se que é nos escalões etários intermédios que os níveis de literacia atingem valores médios comparativamente mais elevados. É provável que as

Quadro 4.1: Nível médio de literacia por idade e grau de escolaridade

Idade		15-24 (2,03)	25-39 (1,83)	40-54 (1,55)	55-64 (1,06)
Grau de escolaridade					
S/ grau	(0,57)	0,4	0,51	0,72	0,51
Básico 1	(1,40)	1,35	1,46	1,41	1,29
Básico 2	(1,87)	1,86	1,82	1,99	2,19
Básico 3	(2,55)	2,59	2,50	2,58	2,31
Secundário	(2,95)	3,05	3,00	2,80	2,60
Superior	(3,17)	3,45	3,32	3,09	2,54

Análise de variância significativa ($p < 0,01$)

aprendizagens informais, associadas às exigências sociais da passagem para a vida adulta, contribuam para alguns ganhos de competências. Quanto aos mais velhos, pelo contrário, as mudanças de estatuto social que tendem a ocorrer com a idade, associadas aos efeitos mais directos do envelhecimento, poderão contar-se entre os factores explicativos de alguma regressão nas práticas de literacia e competências respectivas.

No outro extremo dos graus de escolaridade (ensino médio e superior) observa-se um padrão diferente: os níveis médios de literacia diminuem regularmente com o aumento da idade. Aqui, a base de partida bem mais elevada quanto às competências de literacia, para cuja obtenção o sistema de ensino teve um papel determinante, não terá deixado lugar significativo às aprendizagens informais na aquisição das capacidades básicas de leitura, escrita e cálculo durante os primeiros segmentos do trajecto de vida adulta. Manifesta-se, assim, apenas o conjunto de processos referidos, de carácter social e biológico, associados à diminuição de capacidades no domínio da literacia.

Nos graus de escolaridade intermédios (básico-2 e básico-3) os valores indicados no Quadro 4.1 mostram um padrão menos nítido que resulta, com toda a probabilidade, de uma sobreposição complexa de efeitos como os acima descritos.

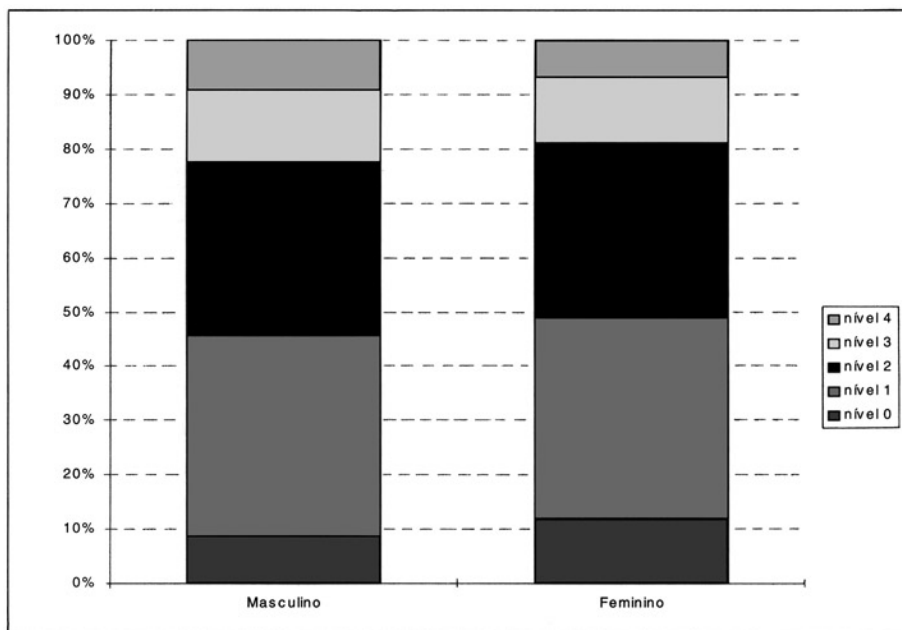
4.4. Resultados por sexo

A distribuição dos níveis de literacia por sexo (Gráfico 4.6) mostra algumas diferenças entre homens e mulheres, embora não muito acentuadas.

Os homens apresentam, por um lado, percentagens mais baixas no Nível 0 (cerca de 8%, contra cerca de 12% no caso das mulheres) e, por outro lado, percentagens mais altas nos níveis mais elevados (aproximadamente 13% e 9%, respectivamente nos níveis 3 e 4, contra 12% e 7% nos mesmos níveis para as mulheres). Ao mesmo tempo, verifica-se que o peso relativo dos níveis 1 e 2 é semelhante em cada um dos sexos.

A variável sexo é, do conjunto das variáveis utilizadas neste capítulo, aquela que tem uma relação menos nítida, embora estatisticamente significativa, com os níveis de literacia. As diferenças observadas entre homens e mulheres deverão dever-se, fundamentalmente, à desigualdade verificada em termos de escolarização dos dois conjuntos de indivíduos, uma vez que, quando se procede ao controle da variável grau de instrução, deixa de se verificar relação estatisticamente significativa entre sexo e nível de literacia.

Gráfico 4.6: Níveis de literacia segundo o sexo



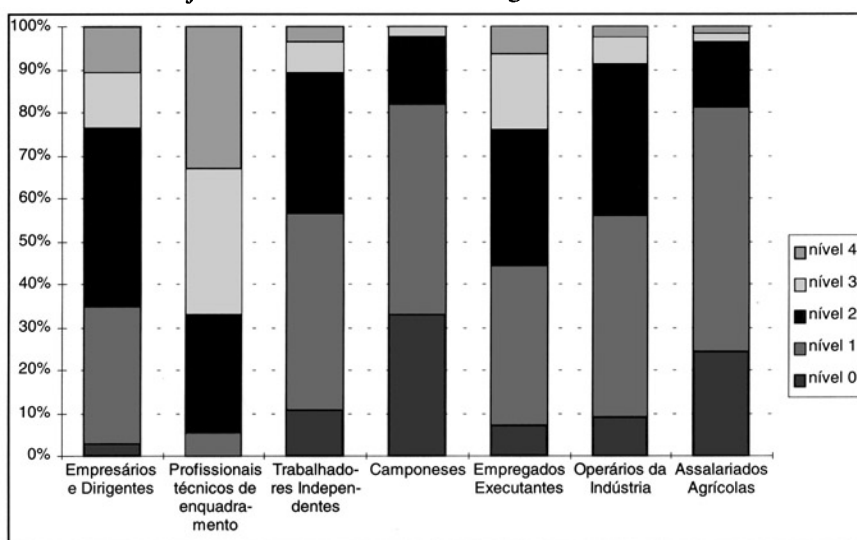
Qui-quadrado significativo ($p < 0,05$)

4.5. Resultados por classe social

Os níveis de literacia das pessoas revelaram-se, neste estudo, claramente associados às suas condições sociais de existência. E, provavelmente, está-lo-ão em dois sentidos: como efeito e como causa. Os recursos disponíveis nos meios sociais de origem e aqueles que estruturam, nas situações presentes, os modos de vida e as inserções socioprofissionais das pessoas, tendem a condicionar o desenvolvimento de práticas de literacia e a aquisição das competências correspondentes. Pelo seu lado, as competências de literacia possuídas não deixam de restringir ou potenciar o acesso a leques mais ou menos delimitados de inserções socioprofissionais e estilos de vida.

A distribuição dos níveis de literacia segundo a classe social dos inquiridos está representada no Gráfico 4.7².

Gráfico 4.7: Níveis de literacia segundo a classe social



Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

É nas classes sociais ligadas à agricultura que se verificam níveis de literacia mais baixos. Tanto nos camponeses como nos assalariados agrícolas o conjunto dos Níveis 0 e 1 abrange mais de 80% dos indivíduos. A seguir aparecem os operários industriais e os trabalhadores independentes do artesanato,

² Os dados deste gráfico dizem respeito a cerca de 83% dos inquiridos, aqueles que têm ou tiveram ocupação profissional.

pequeno comércio e prestação de serviços, em que a esmagadora maioria (perto de 80%) se distribui pelos Níveis 1 e 2.

Os empregados executantes, por um lado, e os empresários e dirigentes, por outro, embora correspondam a situações sociais claramente diferenciadas, não apresentam perfis de literacia muito diferentes. É também nos Níveis 1 e 2 que se situa a maior parte dos indivíduos pertencentes a estas categorias socioprofissionais (na ordem dos 70%), mas surge já com alguma expressão percentual o conjunto dos Níveis 3 e 4 (cerca de um quarto dos indivíduos).

Por fim, o perfil de literacia dos profissionais técnicos e de enquadramento contrasta fortemente com todos os anteriores. A grande maioria situa-se no Nível 4 (32,9%) e no Nível 3 (34,4%). O Nível 1 é residual e o Nível 0 inexistente.

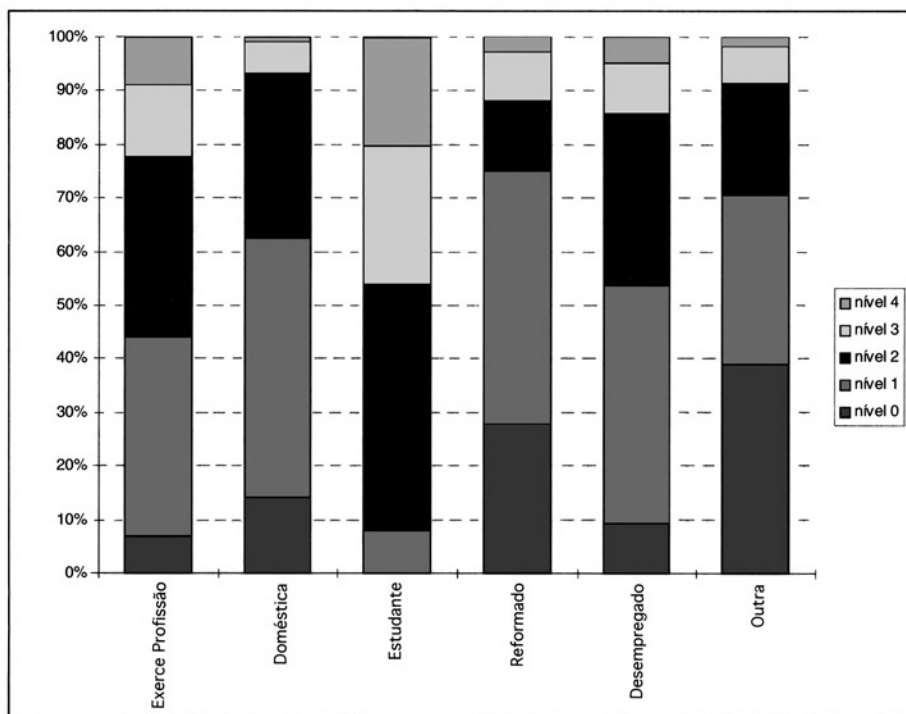
Daqui valerá talvez a pena salientar três aspectos. Em primeiro lugar, que as desigualdades sociais têm também uma face bem manifesta no domínio da literacia. Em segundo lugar, que as carências de literacia da grande maioria dos diversos segmentos da população trabalhadora são enormes. Em terceiro lugar, que as categorias sociais que correspondem, em termos muito globais, aos lugares dominantes na estrutura social, tendem a dividir-se em dois perfis de literacia significativamente distintos: bastante baixos nos empresários e dirigentes e comparativamente elevados nos quadros e técnicos³.

4.6. Resultados por condição perante o trabalho

O Gráfico 4.8 apresenta a distribuição dos níveis de literacia segundo a condição perante o trabalho.

O perfil de literacia dos que exercem profissão não se afasta muito dos resultados globais, o que não surpreende, uma vez que se encontram nesta categoria 60% dos entrevistados. A maioria divide-se entre o Nível 1 (37,2%) e o Nível 2 (33,7%). Ainda se encontra uma fracção não desprezável da população activa com o Nível 0 de literacia (6,9%). Por outro lado, só percentagens bastante pequenas se situam nos níveis mais elevados: 13,4% com o Nível 3 e 8,8% com Nível 4.

³ Sobre a estrutura social portuguesa e a sua evolução ver João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, «Recomposição social e novos protagonismos», in António Reis (coord.), *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

Gráfico 4.8: Níveis de literacia segundo a condição perante o trabalhoQui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

Os desempregados e as domésticas apresentam níveis de literacia semelhantes e mais baixos que os da população que exerce actividade profissional. Quase 55% dos desempregados e mais de 60% das domésticas não ultrapassam o Nível 1. Esta tendência acentua-se ainda mais nos reformados onde o conjunto dos indivíduos nos Níveis 0 e 1 é da ordem dos 75%.

Pelo contrário, como seria de prever, são os estudantes que revelam um perfil de literacia mais elevado. Neste grupo ninguém se encontra no Nível 0 e apenas 8% se situa no Nível 1. Quase metade dos estudantes está no Nível 2. O Nível 3 abrange aproximadamente 26% e o Nível 4 cerca de 20%.

De entre as múltiplas implicações sociais para que estes resultados apontam vale a pena destacar aqui as que têm a ver com um dos problemas que mais preocupam as sociedades contemporâneas, o do desemprego. Tem vindo a ser salientado, de diversas maneiras, que, com os desenvolvimentos tecnológicos e as transformações da economia a que se assiste nas sociedades contemporâneas, as oportunidades de emprego tenderão a ser, cada vez mais, correlativas da posse de qualificações escolares e, sobretudo, da capacidade de

utilizar competências e saberes, de formas progressivamente mais exigentes, na actividade profissional.

Os resultados do Estudo Nacional de Literacia fornecem uma comprovação directa de que isso se passa já no país. Complementarmente ao que se mostra no Gráfico 4.8, pode ser elucidativo indicar os resultados, relativos aos desempregados, que se obtêm fazendo os cálculos das percentagens de forma inversa, isto é, vendo de que modo, para cada nível de literacia, se distribuem as várias condições perante o trabalho. Verifica-se que, do Nível 1 ao Nível 4, a percentagem de desempregados vai decrescendo regularmente. Em concreto, entre os indivíduos de Nível 1 há 10,3% de desempregados, nos de Nível 2 são 8,5%, no Nível 3 o valor é de 6,3% e, para os indivíduos de Nível 4, a percentagem de desempregados é apenas de 5,3%, cerca de metade da encontrada no Nível 1. O Nível 0 é uma excepção, situando-se em 7,8% o desemprego encontrado, mas porque são aí largamente mais pesadas outras categorias de pessoas fora da actividade profissional regular. Por exemplo, o peso dos reformados, das domésticas e das situações mal definidas é, no Nível 0, de 22,5%, 14,0% e 15,5%, para uma média global de 8,4%, 10,1% e 4,1%, respectivamente.

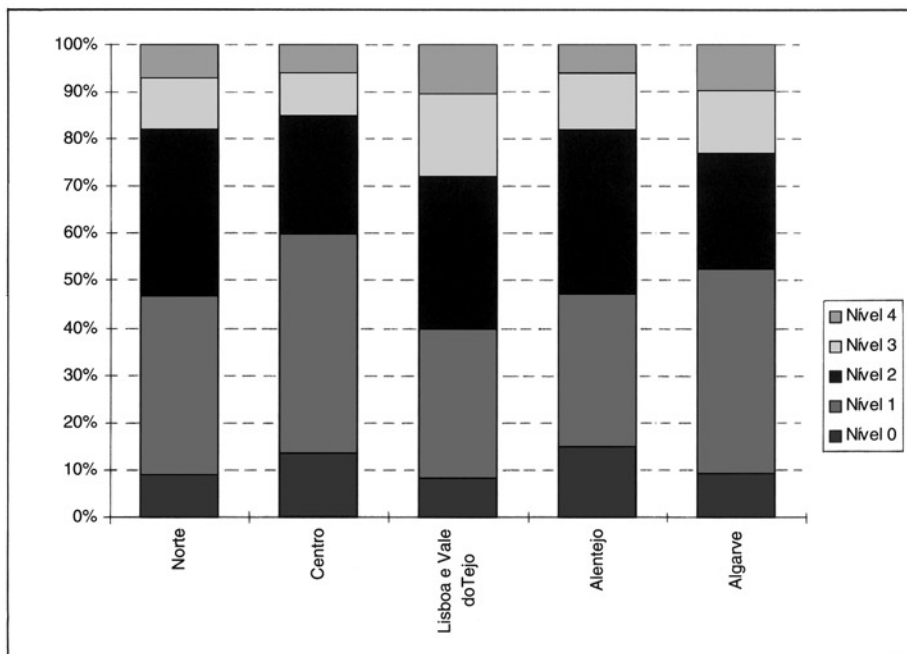
4.7. Resultados por região

O Gráfico 4.9 apresenta os resultados da distribuição dos níveis de literacia pelas diferentes regiões do país, tal como são constituídas na agregação ao nível das NUTE 2.

A região de Lisboa e Vale do Tejo é a que apresenta melhor perfil de literacia. É nela que se verifica a maior concentração de indivíduos com Níveis 3 e 4 e, também, os mais baixos valores para o Nível 0 e para o Nível 1.

No outro extremo, são o Alentejo e o Centro as regiões onde as distribuições de competências neste domínio revelam uma situação mais desfavorecida. As percentagens de indivíduos com o Nível 0, nomeadamente, são aqui as mais elevadas (14,8% e 13,7%, respectivamente), ao mesmo tempo que são igualmente estas duas regiões que têm menos indivíduos com o Nível 4 (cerca de 6% nos dois casos).

O Norte e o Algarve apresentam situações intermédias.

Gráfico 4.9: Níveis de literacia segundo a região

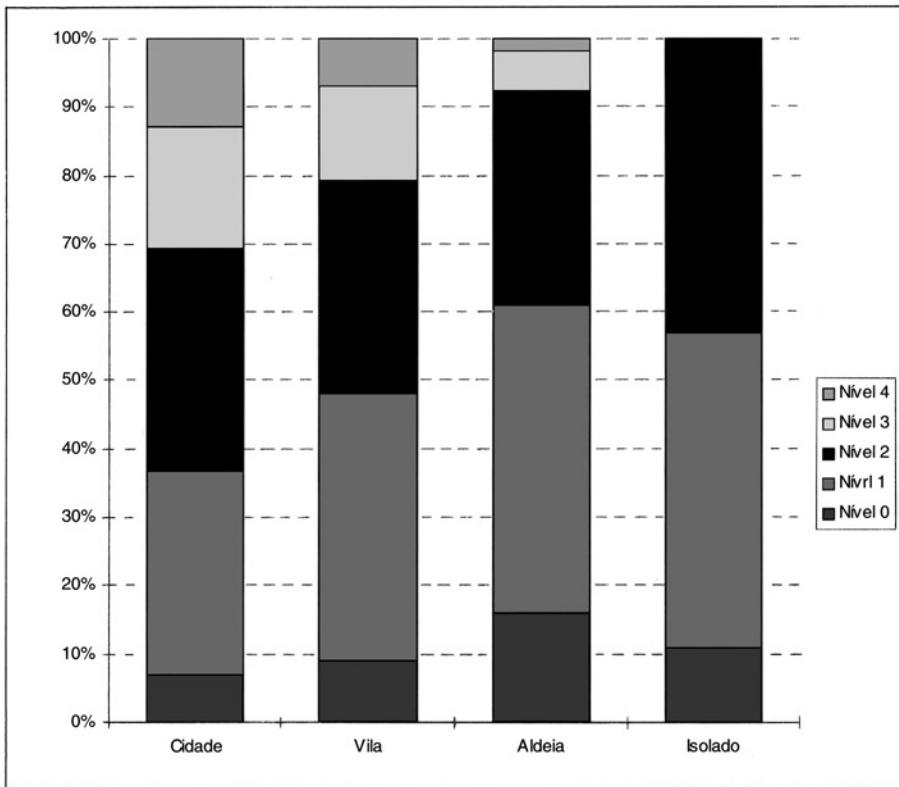
Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

Os perfis regionais de literacia são, pois, algo diferenciados, em correspondência com as diferenças de composição social entre regiões, designadamente nos planos escolar, etário e socioprofissional.

4.8. Resultados por habitat

A distribuição dos níveis de literacia por habitat revelam, igualmente, algumas diferenças que valerá a pena enunciar e que se ilustram no Gráfico 4.10.

Assim, é visível que os indivíduos das zonas predominantemente rurais, como sejam os que vivem em aldeias ou os isolados, têm os mais fracos perfis de literacia. Distribuem-se, no fundamental, pelos Níveis 1 e 2, apresentando, igualmente, percentagens significativas com o Nível 0, sobretudo nas aldeias. Os perfis de literacia melhoram um pouco nas vilas e, mais ainda, nas cidades. Nestas, a população, embora também com uma forte concentração nos Níveis 1 e 2, apresenta percentagens mais significativas com os Níveis 3 e 4. É também aí que as percentagens do Nível 0 são mais baixas.

Gráfico 4.10: Níveis de literacia segundo o tipo habitat

Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

Os resultados globais da distribuição da população inquirida pelos cinco níveis de literacia definidos são os seguintes: *Nível 0* – 10,3%; *Nível 1* – 37,0%; *Nível 2* – 32,1%; *Nível 3* – 12,7%; *Nível 4* – 7,9%. Tais resultados vêm sublinhar a existência de cerca de metade dos inquiridos (Níveis 0 e 1) com bastante dificuldade no uso da informação escrita na vida quotidiana. São muito reduzidas, por outro lado, as percentagens correspondentes aos níveis de literacia mais elevados.

A comparação (indirecta) entre estes resultados e os do primeiro estudo internacional de literacia (IALS) confirma que o perfil de competências da população portuguesa é bastante baixo. Considerando os sete países que participaram nesse estudo (Canadá, Alemanha, Holanda, Polónia, Suécia, Suíça e Estados Unidos), os resultados de Portugal aproximam-se apenas dos da Polónia, os quais, por sua vez, demonstram uma distribuição de competências de literacia largamente mais reduzida do que a dos restantes países.

A relação entre os níveis de literacia e o grau de instrução é bastante acentuada, mas não é unidireccional nem de simples sobreposição. Quanto maior é a escolaridade mais elevado tende a ser o nível de literacia, porém, nem todas as pessoas com o mesmo grau de ensino apresentam um nível de literacia idêntico. Verificam-se também fortes diferenças relativamente ao perfil etário dos indivíduos, pois a insuficiência de competências de leitura, escrita e cálculo atinge, de forma mais marcada, os grupos etários mais idosos. Os homens, em parte porque mais escolarizados, revelam níveis de literacia um pouco melhores do que as mulheres.

A inserção socioprofissional está também fortemente relacionada com os níveis de literacia. É nas classes sociais mais ligadas à agricultura que se verificam níveis de literacia mais baixos, seguindo-se os operários industriais e os trabalhadores independentes. Um pouco mais alto é o perfil de literacia dos empresários e dirigentes e dos empregados executantes que, embora correspondendo a situações sociais fortemente diferenciadas, apresentam uma distribuição de competências de literacia muito semelhante. Os profissionais técnicos e de enquadramento são aqueles que têm um perfil de literacia claramente mais elevado. Os desempregados, as domésticas e, sobretudo, os reformados, constituem segmentos da população com níveis de literacia mais baixos que os da população que exerce uma actividade profissional.

O perfil de literacia da população inquirida é também mais favorável na região de Lisboa e Vale do Tejo, opondo-se, essencialmente, às regiões do Centro e do Alentejo. Se se considerar o tipo de habitat, é visível que são os indivíduos que vivem em zonas predominantemente rurais (aldeias ou isolados) aqueles que têm os mais fracos perfis de literacia, enquanto que nas vilas e, sobretudo, nas cidades, surgem em maior proporção os indivíduos com níveis de literacia mais elevados.

Capítulo 5

ANÁLISE RELACIONAL DA LITERACIA: NÍVEIS, PRÁTICAS E AUTO-AVALIAÇÃO

Um dos objectivos fundamentais do presente estudo foi procurar caracterizar a situação da literacia no país, abordando-a a partir de vários ângulos. Continuando a referir-nos, por agora, apenas à vertente extensiva, recolheu-se informação: sobre as condições sociais de existência da população, nomeadamente quanto à escolaridade e quanto à composição socioprofissional; sobre as práticas de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional e na vida quotidiana; sobre as auto-avaliações de competências relativas a esses mesmos dois domínios; e, finalmente, sobre os níveis de literacia, determinados através de provas directas, com tarefas de prosa, documentais e quantitativas, utilizando suportes escritos correntes na vida real, de âmbito pessoal, social e profissional.

O aprofundamento da análise, através do relacionamento entre si desta informação múltipla, permite caracterizar melhor os contornos que a literacia assume actualmente no país e contribui, também, para a formulação de hipóteses acerca dos factores subjacentes a esta situação, dos processos que a atravessam e dos impactos sociais que dela decorrem. Em capítulos anteriores apresentaram-se já algumas dessas relações. No presente capítulo tomam-se como variável central os níveis de literacia, atrás determinados, e examina-se o modo como se relacionam com um leque vasto de outras variáveis relativas a antecedentes escolares, a práticas de leitura, escrita e cálculo, e à auto-avaliação de competências nestes domínios.

5.1. Níveis de literacia e antecedentes escolares

As relações entre formação escolar e literacia são um dos temas mais recorrentemente abordados ao longo deste trabalho. Verificou-se em capítulos anteriores que existe uma relação forte entre ambas, mas que não é unidireccional nem de simples sobreposição. Quanto maior é a escolaridade mais elevado tende a ser o nível de literacia. Mas nem todas as pessoas com o mesmo grau de ensino apresentam um nível de literacia idêntico. Há variações significativas, imputáveis a um conjunto de factores.

Um deles tem a ver com as diferenças de aproveitamento escolar, correlativas de aquisições de competências por vezes muito desiguais entre segmentos de população com idênticos graus formais de ensino. É uma questão fundamental, que remete directamente para a escola. Muitas vezes, como tem sido observado em diversos estudos¹, a escola não tem as condições de funcionamento, não adopta as estratégias pedagógicas e não estabelece as relações com os contextos sociais envolventes mais adequadas à aprendizagem efectiva das capacidades de leitura, escrita e cálculo por parte das crianças, em particular das provenientes de meios sociais mais desprovidos de recursos económicos e de competências de literacia.

Mas jogam aqui também outros contextos e outros processos sociais, não menos relevantes.

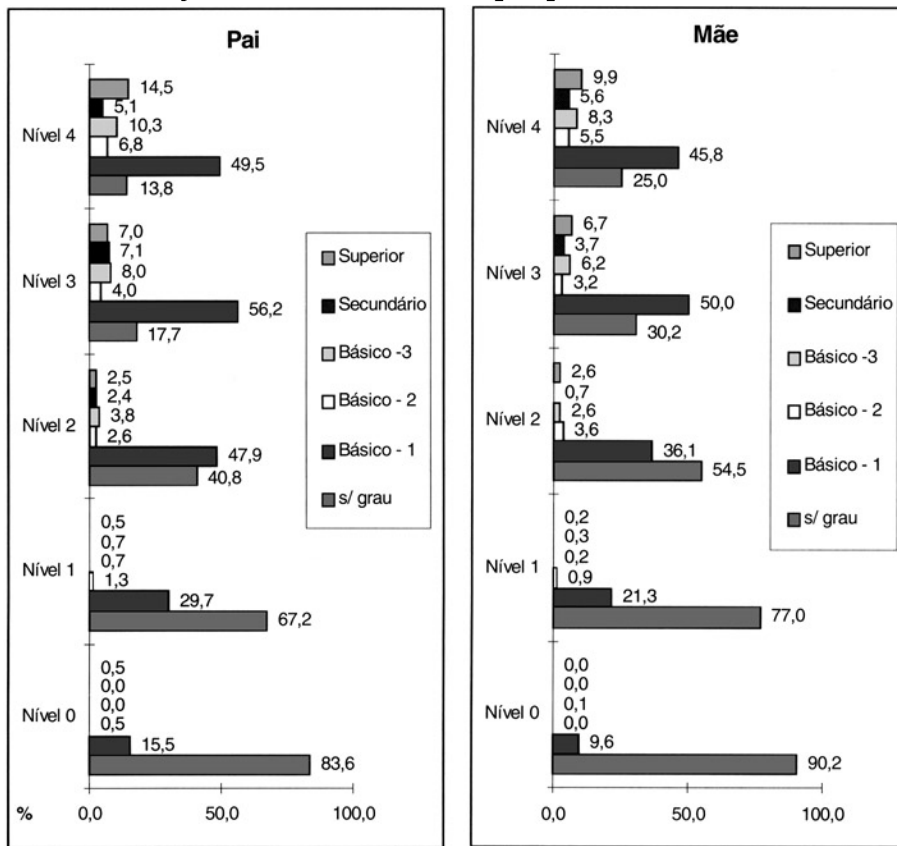
É o caso das aprendizagens informais, fruto de diversificadíssimas experiências de vida e realizadas em contextos não escolares, como o profissional ou o doméstico, o associativo ou o local, o dos consumos ou o dos lazeres. Além disso, as aquisições escolares sofrem, ao longo dos trajectos de vida, os efeitos desiguais dos diferentes quadros sociais de existência, tanto profissionais como extraprofissionais. Se alguns desses contextos proporcionam a consolidação e o desenvolvimento de capacidades, outros, pelo contrário, empobrecidos e empobrecedores quanto à utilização de materiais escritos, contribuem decisivamente para a perda gradual, mais ou menos acentuada, de saberes e competências adquiridos na escola. No tecido económico e institucional do país estes últimos são, infelizmente, os mais abundantes.

Refiram-se, ainda, as próprias transformações que, a ritmo acelerado, atravessam as sociedades contemporâneas, em planos como o tecnológico e o mediático, o cultural e o dos modos de vida. Colocam-se, assim, permanentemente, novas exigências de saberes e, em particular, de competências relativas ao processamento de informação escrita, cada vez mais indispensáveis ao acesso ao emprego, ao exercício da cidadania e à sustentabilidade do desenvolvimento ou, dito de forma inversa, sem as quais as pessoas se tornam vulneráveis à exclusão social e os países ao empobrecimento, pelo menos relativo.

¹ Entre outros, Ana Benavente, *Escola, Professoras e Processos de Mudança*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990; Ana Benavente, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Manuela Castro Neves, *Do Outro Lado da Escola*, Lisboa, Editorial Teorema, 1992 (1987); Lucília Salgado, *A Educação e o Desenvolvimento*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 1995; Lucília Salgado, *Literacia e Aprendizagem da Leitura e Escrita*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 1995.

Por outro lado, o peso das condições sociais herdadas, que foi já possível observar através de diversos indicadores, surge bem manifesto no modo como variam os graus de escolaridade dos pais e mães dos inquiridos segundo os diferentes níveis de literacia por que estes últimos se distribuem (Gráfico 5.1).

Gráfico 5.1: Grau de ensino dos pais por níveis de literacia



Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

Como se vê, a quase totalidade dos pais e das mães dos inquiridos que se situam no Nível 0 não possuía qualquer grau de instrução escolar, o mesmo acontecendo a dois terços, ou mais, dos de Nível 1. O segmento da população analisada que se localiza no Nível 2 provém de famílias em que pais e mães se dividem, quase exclusivamente, pelo primeiro ciclo do ensino básico (antiga 4ª classe) e pela ausência de grau de ensino. No caso dos pais, a percentagem relativa ao 1º ciclo é um pouco superior (cerca de 48%); nas

mães predomina a ausência de grau de ensino (aproximadamente 55%). Entre os entrevistados com Níveis de literacia 3 e 4, os perfis de escolaridade de pais e mães são mais elevados, embora a categoria modal ainda se situe, largamente, no 1º ciclo do ensino básico. Mas a ausência de escolaridade formal diminui bastante, embora não se anule por completo, e aparecem percentagens minimamente significativas dos outros graus de ensino, apesar de bastante reduzidas.

A enorme rarefacção de recursos escolares imperante nos quadros de socialização familiar da esmagadora maioria da população actual pesou fortemente no perfil de literacia observado. Poderá mesmo considerar-se que, apesar das responsabilidades atribuíveis ao sistema de ensino, terá sido muito mais a escola do que a família a promover nas últimas décadas alguma melhoria dos níveis de literacia. No entanto, por outro lado, os níveis de escolaridade da população actual são ainda francamente baixos, em comparação com os dos países mais desenvolvidos e, até, com os dos restantes países da Europa do Sul². É uma situação com raízes profundas na história social do país³. Paralelamente, como se viu também, os contextos profissionais são, em geral, na sociedade portuguesa contemporânea, muito empobrecidos quanto à utilização de materiais escritos e, por isso, de efeitos não qualificantes ou mesmo regressivos quanto às competências de literacia.

Origens sociais extremamente carenciadas de habilitações literárias, insuficiente expansão do sistema escolar e deficiências materiais, pedagógicas e relacionais das escolas e, ainda, tecido económico profissionalmente muito pouco qualificado – ou, noutros termos, os meios familiares, escolares e profissionais – surgem, assim, como três esferas sociais convergentes na produção dos fracos níveis de literacia encontrados no país.

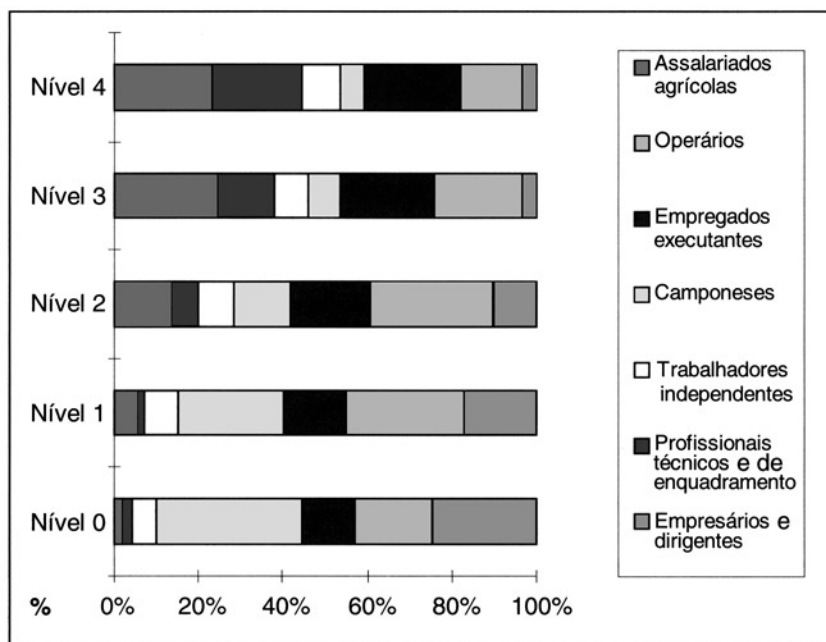
A importância da articulação entre estes três vectores de estruturação social pode ser confirmada aprofundando a análise e desdobrando-a em várias

² *Regards sur l'Éducation. Les Indicateurs de l'OCDE*, Paris, Organisation de Coopération et de Développement Économiques, 1995.

³ Ver, nomeadamente, Carlo M. Cipolla, *Literacy and Development in the West*, Harmondsworth, Penguin Books, 1969; Rui Ramos, «Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo», *Análise Social*, n.º 103-104, 1988; Jaime Reis, «O analfabetismo em Portugal no século XIX: uma interpretação», in *O Atraso Económico Português* (1850-1930), Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

direcções⁴. É o que se faz, num dos sentidos susceptíveis de serem explorados, com base nos Gráficos 5.2, 5.3 e 5.4.

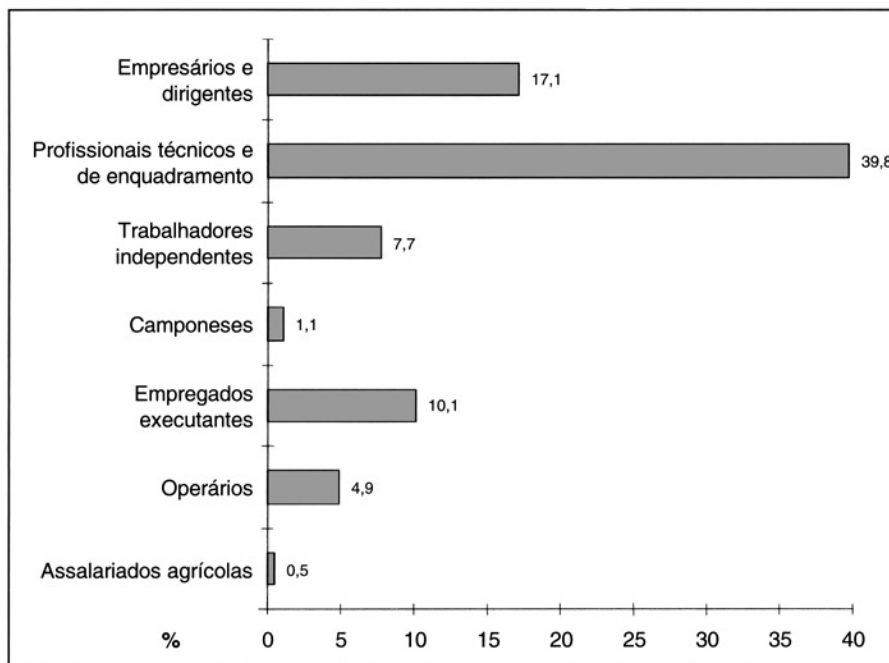
Gráfico 5.2: Classe do grupo doméstico de origem por níveis de literacia



Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

A partir do primeiro (Gráfico 5.2) vê-se que o nível de literacia dos inquiridos depende fortemente da classe social da família de origem. No Nível 0 e no Nível 1 quase só se encontram indivíduos oriundos de meios sociais rurais ou proletários. No Nível 2 diminuem claramente os oriundos de meios rurais e ganham um pouco mais de expressão os descendentes de empregados administrativos, do comércio e dos serviços, bem como de empresários e dirigentes, muito provavelmente de organizações de muito pequena dimensão. No entanto, só nos Níveis 3 e 4 aparecem percentagens relativamente significativas destes últimos e, sobretudo, dos que provêm de famílias com profissionais de níveis de qualificação médio ou superior.

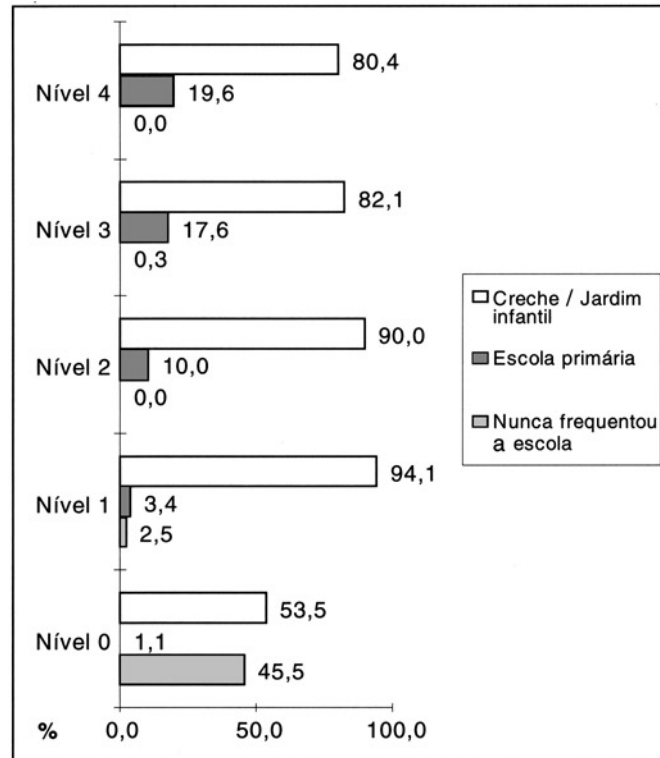
⁴ Ver também José Madureira Pinto, «Escolarização, relação com o trabalho e práticas sociais», in Stephen R. Stoer (org.), *Educação, Ciências Sociais e Realidade Portuguesa. Uma Abordagem Pluridisciplinar*, Porto, Edições Afrontamento, 1991.

Gráfico 5.3: Frequência do ensino pré-escolar por classe do grupo doméstico de origem

Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

Os diferentes tipos de inserções socioprofissionais dos pais, mais qualificados ou menos, e em geral associados a graus de escolaridade também bastante distintos, não deixam de corresponder, com grande probabilidade, a quadros de vida familiar desigualmente favoráveis à aquisição de competências de leitura, escrita e cálculo, repercutindo-se de maneira nítida nos níveis de literacia dos filhos.

Complementarmente, o Gráfico 5.3 mostra as desigualdades sociais que se verificaram no acesso ao ensino pré-escolar, podendo constatar-se logo a seguir, pelo Gráfico 5.4, que a respectiva frequência está ligada a perfis de literacia bastante melhores. Num domínio em que um conjunto denso de determinações se cruza de maneira complexa, não será em todo o caso muito arriscado concluir que a generalização do ensino pré-escolar é condição favorável – embora, evidentemente, não esteja desligada de outras nem resolva tudo por si só – à melhoria da igualdade de oportunidades e à obtenção de padrões de literacia mais elevados na sociedade portuguesa.

Gráfico 5.4: Primeira escola frequentada por níveis de literaciaQui-quadrado significativo ($p < 0,01$)**5.2. Níveis de literacia e práticas de leitura, escrita e cálculo**

A distribuição de competências de literacia de uma população encontra-se fortemente relacionada com a utilização dessas competências, seja esta determinada por necessidades incontornáveis, por exemplo decorrentes de exigências profissionais, seja o resultado de opções quanto a práticas quotidianas ligadas aos momentos de lazer. O conceito de literacia remete precisamente para a capacidade de processar informação escrita na vida quotidiana, isto é, para a utilização das competências de leitura, escrita e cálculo para além do contexto escolar de aprendizagem, possibilitando assim a actualização permanente de um conjunto de capacidades, de forma a dar resposta às exigências, sempre novas, da sociedade.

Diversas pesquisas realizadas noutros países verificaram esta acentuada relação entre o uso continuado de determinadas capacidades em diferentes

momentos e contextos da vida quotidiana, e o nível de competências dos indivíduos, o que veio confirmar a importância das práticas de literacia enquanto um dos indicadores indirectos do nível de literacia.

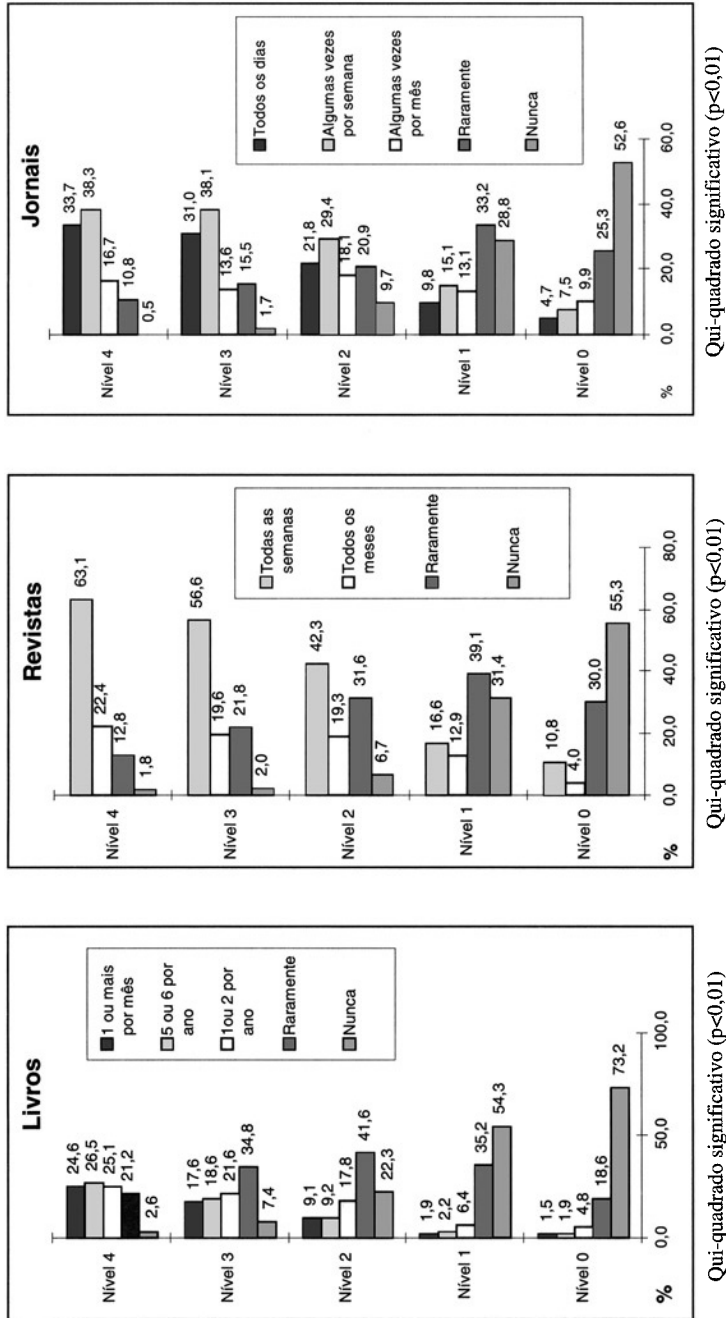
No Estudo Nacional de Literacia, à semelhança de outros estudos neste domínio, a metodologia de avaliação directa desenvolvida foi conciliada com a recolha de um conjunto alargado de indicadores, nomeadamente relativos às práticas de leitura, escrita e cálculo dos inquiridos. Apresentaram-se em capítulos anteriores os principais resultados obtidos para cada uma dessas metodologias de avaliação da literacia. Pretende-se agora confrontar as duas abordagens, relacionando-as. Tendo como ponto de partida os níveis de literacia dos inquiridos (ponto de chegada da metodologia de avaliação directa) procura-se analisar de que modo estes se relacionam com as práticas de leitura, escrita e cálculo desenvolvidas na vida pessoal quotidiana e na vida profissional.

As práticas de literacia quotidianas podem ter por base um conjunto diversificado de suportes. Nomeadamente no que concerne à leitura, há que distinguir as práticas de leitura nos seus suportes formais mais importantes e as práticas de leitura que decorrem do contacto com suportes menos formalizados e cuja utilização tem um carácter essencialmente utilitário e funcional. Tendo como objectivo identificar os principais traços da relação entre essas diferentes práticas e os níveis de literacia, a análise a realizar incidirá, num primeiro momento, sobre a leitura de livros, revistas e jornais e, num segundo momento, sobre outras práticas de leitura, escrita e cálculo quotidianas.

No Gráfico 5.5 representa-se a frequência de leitura de livros, revistas e jornais, em cada um dos cinco níveis de literacia.

O nível de literacia dos indivíduos encontra-se, como seria de esperar, fortemente associado ao conjunto de práticas consideradas. De um modo geral, é possível afirmar que quanto mais elevado o nível de literacia, maior tende a ser a frequência declarada quanto à leitura de livros, revistas e jornais.

No entanto, apesar de as variações dessas práticas de leitura serem bastante semelhantes para os três suportes considerados, ou seja, de se verificar um crescimento contínuo e regular desde o Nível 0 até ao Nível 4, é possível identificar padrões de resposta diferenciados quando se comparam os resultados relativos à leitura de livros, por um lado, e os relativos à leitura de revistas e jornais, por outro.

Gráfico 5.5: *Leitura de livros, revistas e jornais por níveis de literacia*

No que diz respeito à leitura de revistas e jornais, observa-se uma quebra acentuada na percentagem de leitores regulares a partir do Nível 1. Com efeito, se do Nível 4 até ao Nível 2, inclusive, as percentagens de respostas que correspondem a uma leitura frequente de revistas e jornais (“praticamente todos os dias”, relativamente à leitura de jornais, e “todas as semanas”, relativamente a leitura de revistas) diminuem de forma regular mas não muito acentuada, é quando se consideram as declarações dos inquiridos que se situam no Nível 1 que ocorre uma quebra acentuada na percentagem de leitores desses suportes: apenas 16,6% dos indivíduos desse Nível declaram ler revistas todas as semanas, por oposição a 42,3% dos que estão no Nível 2; e, quanto à leitura de jornais, são 9,8% os indivíduos do Nível 1 que afirmam que esse tipo de leitura é uma prática diária, enquanto que no Nível 2 essa mesma percentagem sobe para 21,8%.

Quanto à leitura de livros, pelo contrário, verifica-se uma quebra acentuada na percentagem de leitores logo na passagem do Nível 3 para o Nível 2: nos Níveis 4 e 3 a percentagem de indivíduos que declaram ler pelo menos um livro por mês ronda os 20% (24,6% no caso do Nível 4 e 17,6% no Nível 3), sendo que no Nível 2 esse mesmo valor situa-se abaixo dos 10%, atingindo-se valores residuais nos Níveis 1 e 0. Em suma, o nível de literacia encontra-se fortemente relacionado com a leitura do conjunto de suportes considerados, mas é quanto aos livros que essa relação se faz sentir de forma mais vincada, pois apenas os indivíduos que se situam nos níveis mais elevados declaram práticas significativas da respectiva leitura. No entanto, mesmo nesse caso, não deixam de se verificar taxas de não leitura bastante elevadas – cerca de 20% das pessoas do Nível 4 raramente lêem livros.

Recorde-se que as percentagens globais de leitura dos três suportes em análise são bastante reduzidas, sobretudo se tivermos em conta dados relativos às mesmas práticas noutros países. Por exemplo, o primeiro estudo internacional de literacia⁵ permite realizar essa comparação relativamente à leitura de jornais: na Suécia, Estados Unidos da América e Polónia a percentagem de indivíduos que declara ler jornais diariamente é de 90%, 62% e 60%, respectivamente, sendo que no Estudo Nacional de Literacia o valor global obtido para essa mesma prática de leitura diária foi de apenas 19%.

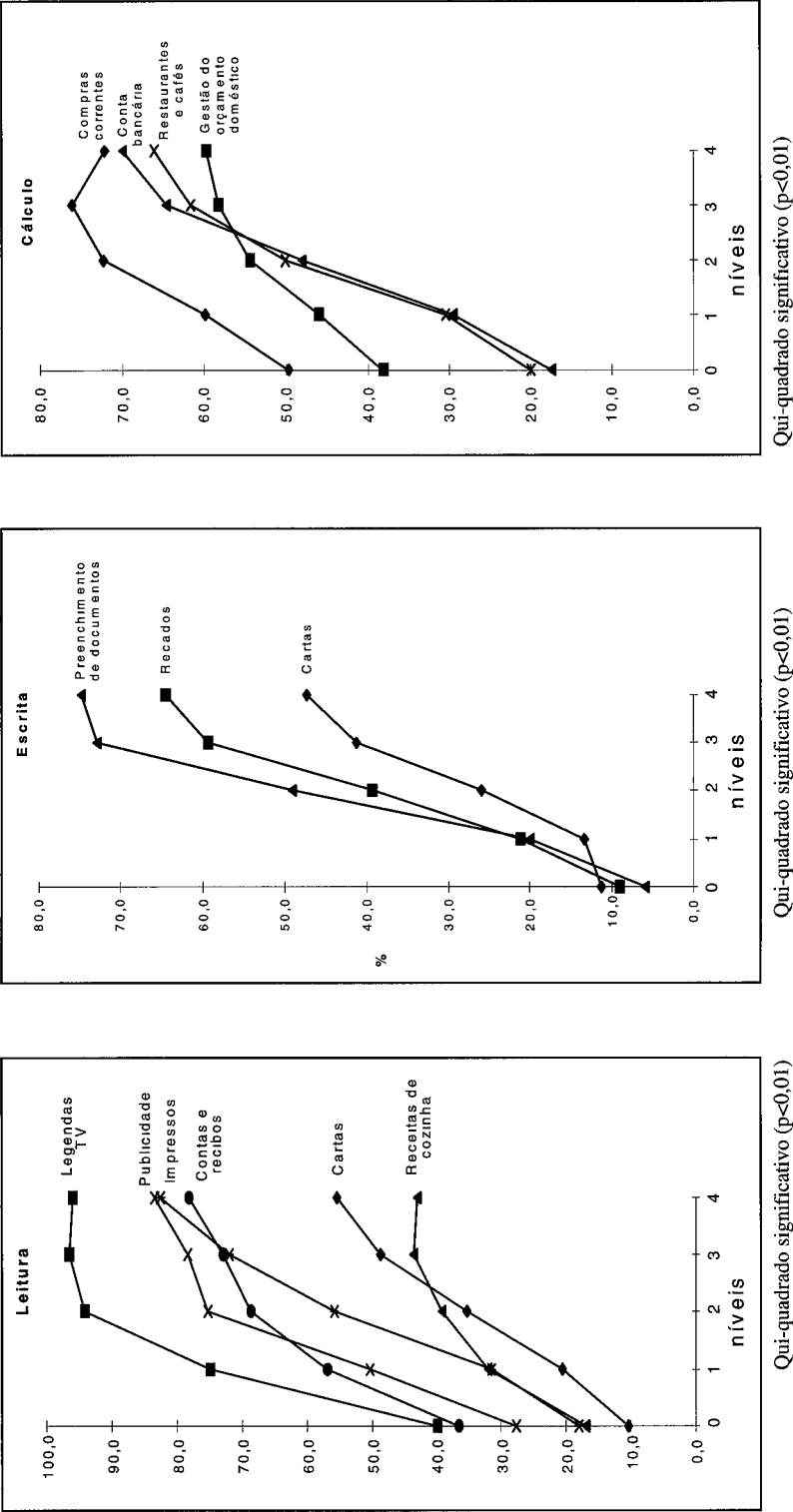
⁵ Albert Tuinman, Irwin S. Kirsch, Stan Jones e T. Scott Murray, *Literacy Economy and Society: Results of the First International Adult Literacy Survey*, Paris, Organization for Economic Co-operation and Development / Statistics Canada, 1995.

Na vida quotidiana são várias as situações e contextos que fazem apelo à leitura de outros suportes. Por exemplo, ver televisão pode implicar muitas vezes a leitura de legendas, o dia-a-dia doméstico pode contemplar a necessidade de ler contas e recibos, receitas de cozinha, cartas e folhetos de publicidade. A presença dessas práticas de leitura na vida quotidiana, baseadas em suportes menos formais, encontra-se também fortemente relacionada com os níveis de literacia, como se pode observar pela leitura do Gráfico 5.6. De um modo geral, assiste-se a um crescimento do peso daqueles que se declaram leitores desses materiais em função do aumento do nível de literacia.

A leitura de cartas e de impressos ilustra a relação forte que se verifica entre práticas deste tipo (leitura de prosa e documentos) e os níveis de literacia. A variação é intensa e contínua de um extremo ao outro da escala. Dito de outro modo, a complexidade das operações e dos suportes considerados mostra-se muito directamente sensível às competências dos indivíduos.

Noutros casos, como a leitura de legendas de televisão e de receitas de cozinha, o padrão é um tanto diferente. Embora apresentem, em termos globais, percentagens muito desiguais (recorde-se que 85,1% dos inquiridos lê habitualmente legendas de TV – o que corresponde à mais elevada percentagem obtida tendo em conta o conjunto de suportes considerados – e 36,5% lê, com regularidade, receitas de cozinha), constituem exemplos de práticas de leitura com perfil específico quanto à forma como variam com o nível de literacia. Nestes casos a tendência global de crescimento sistemático de leitores ocorre apenas até ao Nível 2, nível a partir do qual se observa uma estagnação. As razões de formação desses patamares são várias, podendo-se agrupá-las em dois conjuntos de ordem diversa. Por um lado, entrará em jogo um factor de dificuldade de processamento de informação (suportes / operações); isto é, a tarefa não comporta, em geral, uma gama de dificuldades possíveis tão variada como nos casos precedentes, tendendo por isso a estabilizar nos níveis de literacia superiores. Por outro lado, estarão aqui envolvidos também processos de selectividade social dessas práticas. Por exemplo, no caso das legendas, há alguma diminuição do visionamento televisivo nos segmentos da população com estatuto social mais elevado. E, no caso das receitas de cozinha, verifica-se a combinação, de novo, das desigualdades de estatuto social com uma incidência muito desequilibradamente feminina destas práticas de leitura.

Gráfico 5.6: Práticas de leitura, escrita e cálculo na vida quotidiana por níveis de literacia



A leitura de publicidade e de contas e recibos apresenta um padrão intermédio entre os dois conjuntos anteriormente referidos.

As competências de literacia a que a vida quotidiana faz apelo não se circunscrevem à leitura, podendo implicar também a escrita e o cálculo. As variações de um conjunto de práticas de escrita e cálculo com o nível de literacia estão igualmente representadas no Gráfico 5.6.

Em relação à escrita, há a destacar a baixa proporção de inquiridos nos Níveis 0 e 1 que declaram escrever recados, preencher documentos e, sobretudo, escrever cartas. Este cenário revela-se particularmente preocupante quando comparado com a distribuição das práticas de leitura, pois aí, apesar da menor expressão dos diferentes tipos de leitura nos segmentos com níveis de literacia mais reduzidos, em alguns casos aquela prática é declarada por quase 30% ou mesmo 40% dos indivíduos do Nível 0 e por entre 50% e 75% daqueles que estão no Nível 1. Ora, no que se refere à escrita, a situação surge bastante distinta, não ultrapassando os valores obtidos cerca de 10% no caso do Nível 0, e 20% no Nível 1, o que traduz a fraca expressão desta prática no quotidiano de quase metade dos inquiridos.

A partir do Nível 2 e até ao Nível 4 verifica-se um crescimento sistemático dos que habitualmente praticam a escrita, salientando-se, simultaneamente, uma diferente proporção de leitores em função dos suportes considerados. É no preenchimento de documentos que consiste a tarefa de escrita mais frequente (74,8% e 72,9% nos Níveis 4 e 3, respectivamente) por oposição à escrita de cartas (47,4% no Nível 4 e 41,4% no Nível 3). Esta relevância assumida pelo preenchimento de documentos poderá ser indício da centralidade crescente das dimensões institucionais e formais na vida quotidiana, em detrimento das dimensões de cariz informal e pessoal, de que pode ser exemplo a escrita de cartas. Não obstante, a percentagem de pessoas que declaram preencher documentos situa-se sempre bastante abaixo da que se reporta àqueles que declaram ler impressos, o que vem reforçar, uma vez mais, a menor presença da escrita no quotidiano pessoal dos inquiridos.

Quanto ao cálculo, o perfil global das práticas, analisado em função do nível de literacia é, uma vez mais, semelhante ao anteriormente apresentado para a escrita e a leitura, no sentido em que se verifica uma acentuada relação entre as duas dimensões. De destacar, porém, que quase 50% dos indivíduos que estão no Nível 0 de literacia declaram efectuar cálculos nas compras correntes, e perto de 40% fazem-no na gestão do orçamento doméstico.

Esta situação contrasta fortemente com a enunciada relativamente à escrita, e aproxima-se do padrão identificado para a leitura, embora o supere de algum modo, pois o valor máximo obtido neste domínio é superior ao mais elevado encontrado na leitura.

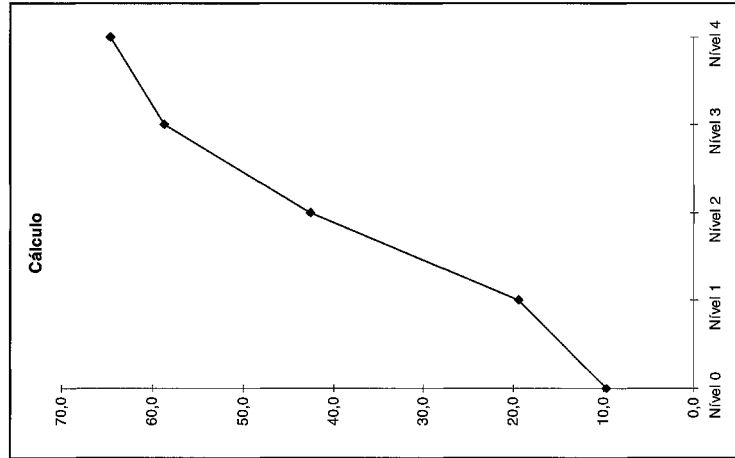
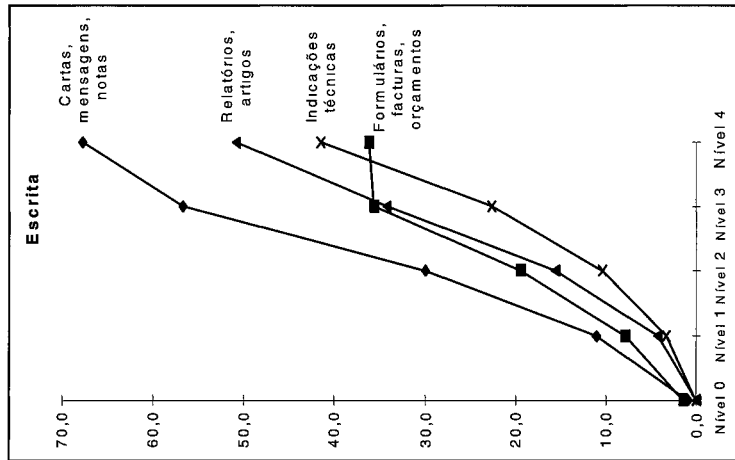
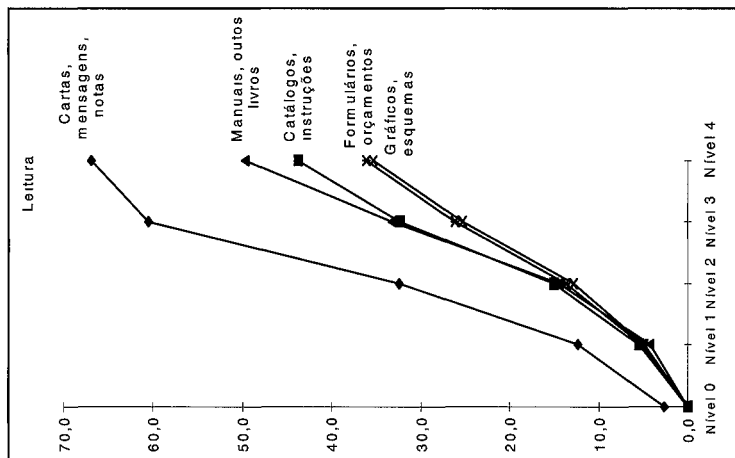
O contexto profissional é um dos domínios mais importantes quando se trata de analisar as competências de leitura, escrita e cálculo de uma população, situação esta que decorre de dois motivos distintos mas fortemente relacionados. Por um lado, porque diversos estudos têm vindo a mostrar a relação entre a capacidade de um país manter ou atingir determinados níveis de desenvolvimento e os níveis de literacia da sua população activa. Por outro lado, porque após a escola o contexto profissional é reconhecido como um dos domínios que podem promover a consolidação e actualização das capacidades de literacia dos indivíduos, desde que, claro está, faça apelo a essas mesmas competências.

No Gráfico 5.7 estão representadas as percentagens de indivíduos, por nível de literacia, que diariamente desempenham um conjunto de tarefas que implicam a leitura, escrita e cálculo, no contexto da actividade profissional.

Um primeiro elemento a sublinhar é que, quando o contexto de referência é a actividade profissional, verifica-se uma reduzida utilização genérica de materiais escritos, ainda mais baixa do que na vida quotidiana extraprofissional, independentemente do domínio de literacia considerado. Além disso, a tendência, atrás apresentada, para as práticas de leitura, escrita e cálculo serem mais frequentes à medida que aumenta o nível de literacia dos indivíduos mantém-se, mas é agora ainda mais acentuada. Essa tendência geral pode, no entanto, ser mais ou menos intensa em função das tarefas específicas que se considerem e dos domínios de literacia a que se reportem.

Cartas, mensagens e notas constituem os suportes em que com mais frequência se apoia a leitura no contexto da actividade profissional, independentemente do nível de literacia. As percentagens obtidas no que respeita a esse tipo de leitura são, no entanto, bastante baixas, variando entre 2,7% no Nível 0 e 67% no Nível 4. Tratando-se de materiais cujo grau de complexidade pode ser bastante diminuto, por um lado, e cuja utilização não remete especificamente para actividades profissionais qualificadas, por outro, poderia esperar-se que a taxa global de utilização em contexto profissional fosse bastante mais elevada e o efeito do nível de literacia se fizesse sentir de forma menos acentuada. Tal não se verifica, indiciando a quase ausência de práticas de leitura no quotidiano profissional da maior parte dos inquiridos.

Gráfico 5.7: Práticas de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional por níveis de literacia
 (% de respostas a “praticamente todos os dias”)



Relativamente às restantes práticas de leitura em contexto profissional consideradas, os valores obtidos são bastante inferiores aos da leitura de cartas, mensagens e notas, mantendo-se a tendência de crescimento acentuado da proporção de leitores até ao Nível 4. É em relação à leitura de formulários e orçamentos, e gráficos e esquemas, que as taxas obtidas são mais reduzidas. Mesmo considerando apenas o Nível 4, os leitores diários desses materiais não ultrapassam os 36%. De salientar ainda que, quer se trate da leitura de manuais ou outros livros, de catálogos e instruções, de formulários e orçamentos, ou de gráficos e esquemas, o perfil das respostas até ao Nível 2 é bastante semelhante, oscilando as taxas de leitura nesse nível, para qualquer dos suportes considerados, entre os 13% e os 15%.

O perfil das práticas de escrita é bastante idêntico ao anteriormente descrito para a leitura. De novo é pouco expressiva a proporção de indivíduos nos níveis de literacia mais baixos que diariamente escrevem, no contexto da actividade profissional, qualquer que seja a forma assumida por essa escrita. Correlativamente, o aumento do nível de competências é acompanhado por um crescimento da frequência das práticas de escrita.

Quanto à escrita de formulários, facturas e orçamentos, a passagem do Nível 3 para o Nível 4 é acompanhada de uma quebra acentuada da tendência de crescimento que se verifica em todas as restantes situações consideradas: para os indivíduos que se situam no Nível 4, escrever formulários, facturas ou orçamentos constitui uma actividade quotidiana que abrange apenas 36,2% dos inquiridos (percentagem mais baixa de escrita para os indivíduos deste nível). Esta situação poderá eventualmente ser resultado de esta representar uma tarefa fortemente associada a determinadas profissões que não são dominantes entre os indivíduos desse nível, o que poderá justificar a sua aparente secundarização face a outras tarefas declaradas, nomeadamente a escrita de relatórios ou artigos.

Por fim, refira-se que as práticas de cálculo no decorrer da actividade profissional também variam de forma clara, e em sentido idêntico ao até agora identificado, com o nível de literacia. De salientar ainda que, à imagem do que acontece quanto às práticas de cálculo que se efectuam noutros domínios da vida quotidiana, também as que se realizam em contexto profissional tendem a distinguir-se das práticas de leitura e de escrita, devido à proporção um pouco maior de indivíduos dos níveis de literacia mais baixos que declaram que o cálculo faz parte do seu quotidiano profissional.

5.3. Níveis de literacia e auto-avaliações de competências

A população analisada distribui-se, como se viu, por vários níveis de literacia; isto é, dito de outra maneira, as pessoas entrevistadas possuem competências desiguais de processamento de informação escrita. Que relações se podem observar entre essas competências, tais como foram determinadas pelo procedimento de avaliação directa utilizado neste estudo, e a maneira como os inquiridos avaliam as suas próprias capacidades de leitura, escrita e cálculo?

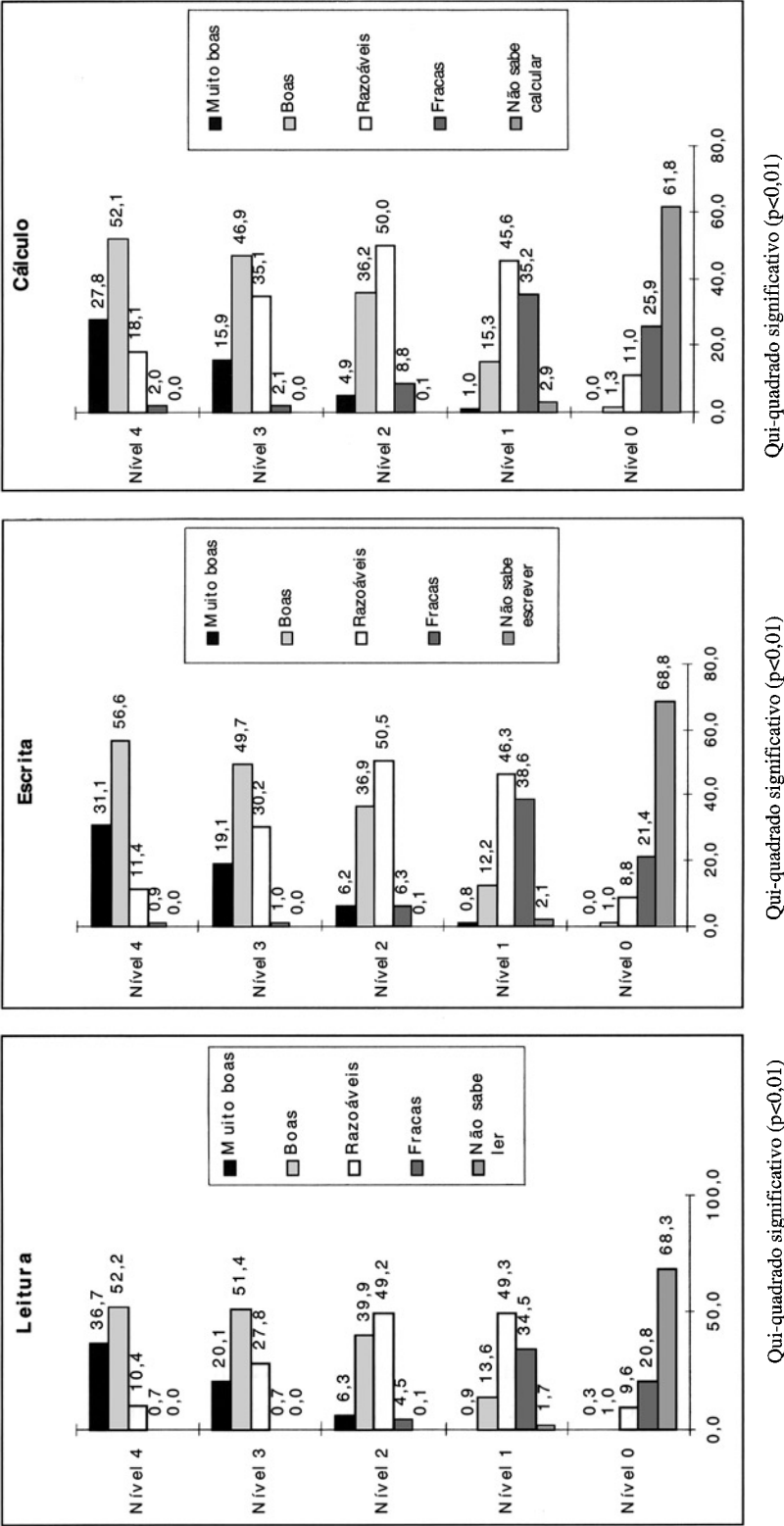
O Gráfico 5.8 fornece um conjunto de indicações a este respeito que podem ser analisadas segundo duas perspectivas complementares.

Não há dúvida que, por um lado, a população tende a manifestar perfis de auto-avaliação correlativos, em traços gerais, dos diferentes níveis de literacia. Com efeito, a grande maioria dos inquiridos de Nível 0 declarou não saber ler, escrever e contar. Os valores obtidos atingem quase 70% para a leitura e a escrita, e situam-se um pouco acima dos 60% para o cálculo. Os indivíduos classificados no Nível 1 avaliam as suas capacidades principalmente como razoáveis (entre 45% e 50%, aproximadamente) ou fracas (mais ou menos entre 35% e 40%). Já os de Nível 2 localizam-se a si próprios sobretudo num par de posições que inclui também as capacidades razoáveis (à volta dos 50%) mas, desta vez, acompanhadas das declarações de capacidades boas (entre 36% e 40%).

A auto-avaliação modal dos entrevistados de Nível 3 é de capacidades boas (com valores que oscilam na zona dos 50%), distribuindo-se praticamente todos os restantes pelas duas modalidades adjacentes (em torno dos 30% para capacidades razoáveis e dos 20% para capacidades muito boas). As pessoas de Nível 4 auto-avaliam as suas capacidades de leitura, escrita e cálculo ainda mais como boas (entre 52% e 57%) e, logo a seguir, como muito boas (entre 28% e 37%).

No conjunto, verifica-se que as auto-avaliações vão sendo cada vez mais positivas à medida que aumenta o nível de literacia determinado através de provas de avaliação directa. Em termos de distribuição percentual, as pessoas tendem a ter uma certa noção dos seus níveis de competências, avaliando-as em pontos diferenciados das hierarquias de capacidades de leitura, escrita e cálculo, em correlação bastante estreita com os níveis de literacia demonstrados.

Gráfico 5.8: Auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo por níveis de literacia



Mas os resultados que o gráfico traduz podem também ser lidos noutra perspectiva, ou seja, do ponto de vista dos desfasamentos – nada insignificantes – entre níveis de literacia e auto-avaliação de competências. Basta olhar para os extremos da escala de literacia. No Nível 4 há, ainda assim, quem ache que as suas competências são apenas razoáveis na leitura e na escrita (10% ou um pouco mais) e, sobretudo, no cálculo (na casa dos 18%). E no Nível 0 há percentagens bastante importantes de pessoas que atribuem a si próprias não só capacidades fracas (cerca de 20% na leitura e na escrita e quase 26% no cálculo) como também razoáveis (rondando os 10%). Com os níveis intermédios passa-se algo de semelhante e pode dizer-se que, em termos das competências efectivamente demonstradas nas provas directas, parece um excesso de optimismo, ou uma satisfação desajustada de si mesmas, que tantas pessoas dos Níveis 1, 2 e 3 achem que as suas próprias capacidades nestes domínios são, respectivamente, razoáveis, boas ou muito boas.

As pessoas inquiridas revelam-se, assim, bastante realistas, no sentido em que das suas respostas resultam padrões globalmente diferenciados e hierarquizados de auto-avaliações de capacidades, significativamente correlacionados com as distribuições dos níveis de literacia. Mas, em simultâneo, esta noção não está presente em segmentos importantes da população e os padrões de referência parecem ser, em geral, demasiado baixos, nomeadamente face às exigências crescentes que as dinâmicas da vida social contemporânea tendem a colocar.

Noutro plano, e apenas a título de anotação intercalar, verifica-se que, apesar das semelhanças entre os padrões avaliativos nos três domínios, há entre eles variações interessantes. Assim, nos indivíduos de níveis de literacia mais baixos tendem a aparecer auto-avaliações de capacidades um pouco melhores no cálculo do que na leitura e na escrita. Pelo contrário, nos níveis de literacia mais elevados as auto-avaliações referentes ao cálculo apresentam valores um tanto inferiores aos da escrita e, sobretudo, aos da leitura.

Como se viu num capítulo anterior, as auto-avaliações tendem a apresentar uma configuração bastante diferente quando o que está em causa é um julgamento de maior ou menor adequação das capacidades de leitura, escrita e cálculo às actividades profissionais desenvolvidas. Neste caso, as auto-avaliações, em vez de se distribuírem, em traços gerais, segundo um padrão niti-

damente estratificado, como as anteriores, aparecem agora como largamente homogêneas. Em concreto, cerca de três quartos dos inquiridos declararam considerar as suas capacidades de leitura, escrita e cálculo plenamente suficientes para o desempenho das suas actividades profissionais.

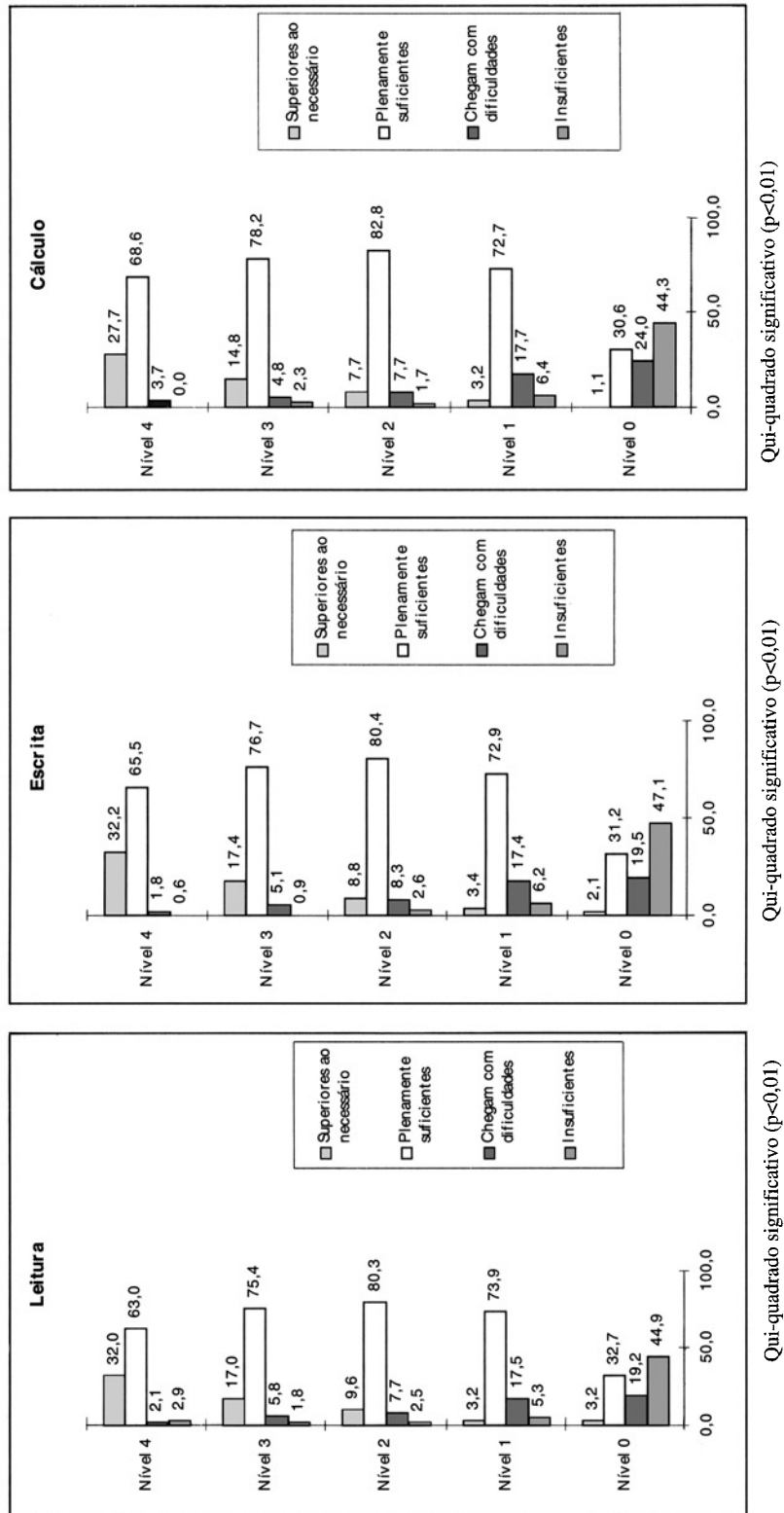
Como é que os diversos níveis de literacia, medidos directamente, se relacionam com este tipo de auto-avaliação?

Através do Gráfico 5.9 pode ver-se que esse efeito de homogeneização resulta em perfis de auto-avaliação semelhantes para quase todos os níveis, em particular para os três intermédios. Na verdade, os inquiridos de Nível 1, Nível 2 e Nível 3 atribuem-se, na sua esmagadora maioria, capacidades plenamente suficientes para os lugares profissionais que ocupam. As oscilações situam-se no intervalo dos 73% aos 83%, com valores um pouco mais elevados no Nível 2. Também as outras variações são relativamente pequenas e vão no sentido esperado. No Nível 3 as percentagens dos que declaram capacidades superiores ao necessário são um pouco mais elevadas do que nos outros dois níveis em causa, situando-se entre os 15% e os 17%. E, correlativamente, é no Nível 1 que, nesta faixa de níveis intermédios, aparecem taxas algo maiores dos que declaram que as suas capacidades de leitura, escrita e cálculo apenas chegam com dificuldade para as exigências dos respectivos lugares profissionais (entre 17% e 18%).

O Nível 4 apresenta já um perfil algo diferente, embora a auto-avaliação predominante continue a ser a de capacidades plenamente suficientes para a profissão que se desenvolve. Mas aqui esse tipo de auto-avaliação baixa para cerca de dois terços das respostas, enquanto o outro terço dos inquiridos se atribui, fundamentalmente, capacidades superiores ao necessário para os empregos que tem.

Mais diferenciado é o perfil de auto-avaliação do Nível 0. Neste caso, a auto-avaliação modal é a de capacidades de leitura, escrita e cálculo insuficientes para o trabalho que se faz (entre os 44% e os 47%). Além disso, entre 19% e 25% acham que as capacidades que têm no domínio da literacia chegam mas com dificuldades. Mas há também cerca de um terço dos inquiridos deste nível que se julga com capacidades quanto baste para os lugares profissionais que ocupa.

Gráfico 5.9: Auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional por níveis de literacia



Estes resultados apontam para várias linhas interpretativas.

Num plano mais imediato traduzem as fracas exigências de literacia que se verificam no sistema de emprego, estaticamente considerado. O tecido económico nacional assenta ainda, de forma largamente maioritária, em lugares profissionais de baixa qualificação. Nos vários níveis de literacia (excepto no Nível 0) uma grande quantidade de pessoas julga as suas capacidades de leitura, escrita e cálculo plenamente suficientes para os postos de trabalho que ocupa porque, desde logo, esses postos de trabalho são muito pouco qualificados, fazendo nomeadamente apelo reduzido ou nulo ao processamento de informação escrita.

Por outro lado, os diferentes níveis de literacia tendem a corresponder significativamente, como se viu atrás, a diferentes posições socioprofissionais. À gradação de qualificações que, apesar de tudo, é solicitada pelo tecido económico, tendem a responder indivíduos com níveis de literacia desiguais. Em cada patamar, o ajustamento entre lugares e competências traduz-se em padrões de auto-avaliação nos quais predominam os julgamentos de que as capacidades de leitura, escrita e cálculo possuídas são plenamente suficientes.

Mas, claro está, estas auto-avaliações traduzem também uma postura fundamentalmente estática perante as transformações globais da economia e perante as perspectivas individuais de progressão profissional. Mesmo que as exigências actuais em competências de literacia de muitos postos de trabalho sejam baixíssimas, o mais provável é que se tornem maiores a curto ou médio prazo. As mutações em curso nas tecnologias, nas organizações e nos mercados e, correlativamente, as pressões concorrenciais para a competitividade económica dos países, das empresas e dos indivíduos colocam no horizonte próximo, quando não mesmo já no presente, a necessidade premente de um crescimento contínuo das competências e das qualificações. Em qualquer nível de literacia, a avaliação de suficiência plena de capacidades para a actividade profissional desenvolvida pode muito bem significar, em grande número de casos, encará-las – às capacidades e às actividades – como imunes a novas exigências ou como insusceptíveis de enriquecimento.

Num certo sentido, estamos perante um “ajustamento” perverso entre uma baixa oferta de literacia por parte da escola e uma baixa procura de literacia por parte das empresas. O que se traduz, no plano das disposições subjectivas dos agentes sociais, na tendência para avaliarem estaticamente as competências de literacia possuídas como ajustadas às respectivas actividades

profissionais. E isto por parte de numerosos sectores da população de todos os níveis de literacia.

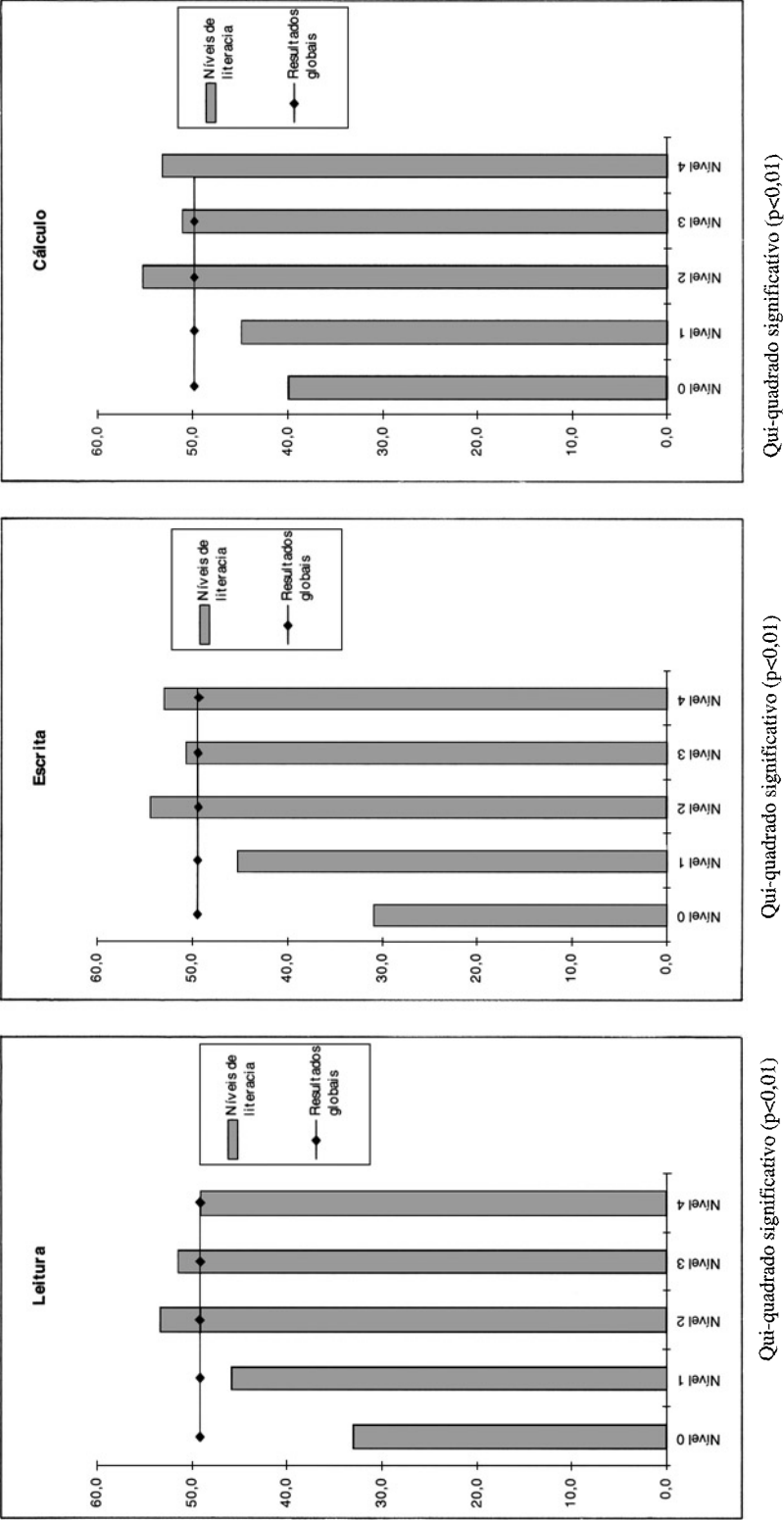
Claro está que a esta avaliação maioritária de capacidades bastantes para o emprego que se tem não deixarão de estar ligados, em alguma medida, factores de outra natureza, de ordem interactiva e psicossocial. Pondo a questão de forma elementar, as pessoas em geral não gostam de admitir, para si próprias e para os outros, que não têm todas as capacidades necessárias ao trabalho que fazem. Processos de protecção da auto-estima, representações sociais sedimentadas e estratégias relacionais defensivas entrelaçar-se-ão, pois, muito provavelmente, com os aspectos de ordem socio-estrutural acima referidos.

Em todo o caso, os resultados da auto-avaliação de literacia na esfera profissional arriscam-se a conduzir a conclusões apressadas ou unilaterais se não forem confrontados com os outros conjuntos de auto-avaliações, também já examinadas, relativas às competências gerais de literacia, globalmente consideradas, e com as indicações do Gráfico 5.10 acerca do desejo manifestado de melhorar este tipo de capacidades.

Como se pode observar, a população inquirida divide-se ao meio a este respeito. Metade gostaria de melhorar as suas capacidades de leitura, escrita e cálculo e outra metade não. Quer isto dizer, desde logo, que a auto-satisfação acomodada com as competências possuídas não é, afinal, assim tão grande. Metade da população dos 15 aos 64 anos é muita gente. O reconhecimento de que as capacidades de leitura, escrita e cálculo não são satisfatórias, a noção de que são necessários e desejáveis maiores níveis de literacia, a predisposição de princípio para obter esse acréscimo de competências – são atributos presentes em escala relativamente ampla na sociedade portuguesa contemporânea. É claro que entre este tipo de declarações e o envolvimento efectivo em práticas de aprendizagem vai uma distância que pode ser muito grande. Mas não parece haver, à partida, por parte da população, rejeição generalizada da perspectiva de aquisição de competências para além das actualmente possuídas. Pelo contrário, o que tem sido largamente deficitário no país são as políticas e as acções de alfabetização de adultos, de educação permanente, de formação contínua⁶.

⁶ Ver, por exemplo, Augusto Santos Silva, *Educação de Adultos: Educação para o Desenvolvimento*, Rio Tinto, Edições Asa, 1990.

Gráfico 5.10: Desejo de melhorar as capacidades de leitura, escrita e cálculo por níveis de literacia



O Gráfico 5.10 mostra ainda que o desejo de melhorar as competências possuídas não se distribui uniformemente através dos diferentes níveis de literacia nem de maneira exactamente igual para os diversos domínios em causa: leitura, escrita e cálculo.

No Nível 0 praticamente dois terços dos inquiridos declararam não desejar melhorar as suas competências. Confirma-se, assim, que a ausência de competências de literacia contribui fortemente tanto para diminuir a própria capacidade de percepção do problema como para inculcar sentimentos de impotência a tal respeito. O desejo de melhorar as capacidades cresce a seguir rapidamente com os níveis de literacia, atingindo o pico no Nível 2. Em seguida diminui um pouco, nos Níveis 3 e 4, provavelmente porque muitos terão aqui propensão para achar que já nada mais têm de relevante a aprender no que diz respeito às capacidades básicas de ler, escrever e contar.

Note-se que as três dimensões de auto-avaliação – leitura, escrita e cálculo – apresentam padrões semelhantes mas não idênticos. No Nível 0, as aspirações a saber mais no domínio do cálculo são claramente superiores às manifestadas a respeito da leitura e da escrita. No outro extremo – no Nível 4 – é a leitura que se destaca como aquela que parece já não ser encarada por tantos como necessitando de aperfeiçoamento. Pelo contrário, quanto ao desejo de melhorar as capacidades de escrita e de cálculo, os inquiridos situados neste nível apresentam percentagens quase tão elevadas quanto os de Nível 2 e superiores aos de Nível 3.

A interpretação do significado das auto-avaliações de literacia recolhidas junto da população analisada não pode deixar de ter em conta os critérios culturais por ela implicitamente usados na produção desses julgamentos e os contextos de referência perante os quais ela se posiciona.

Nas avaliações genéricas sobre as suas próprias capacidades no domínio da literacia, os inquiridos parece terem-se comparado com um padrão de referência bastante universalizado acerca das possibilidades virtuais de leitura, escrita e cálculo tidas como, em princípio, hoje em dia socialmente disponíveis (através do ensino obrigatório) e desejáveis. Face a esse padrão cultural contemporâneo, os inquiridos posicionaram-se de maneira estratificada, atribuindo a si mesmos capacidades desiguais. E as posições relativas em que se colocaram correspondem razoavelmente, em termos globais, aos seus níveis de competências efectivas, tal como foram medidos através das provas directas.

No entanto, também se verificam alguns desfasamentos significativos entre capacidades auto-atribuídas e níveis de literacia, embora em segmentos minoritários da amostra. Mais importante do que isso, no conjunto o padrão genérico que parece ter sido tomado como referência implícita na auto-avaliação de literacia tende a ser manifestamente pouco exigente, como se vê logo, em primeira observação, comparando o perfil global das auto-avaliações com os resultados obtidos nas provas de demonstração directa dos níveis de literacia, e como, numa análise mais fina, a desagregação das auto-avaliações por níveis de literacia vem confirmar.

Quando o contexto de referência é a esfera profissional, as auto-avaliações assumem um perfil bastante diferente, apresentando larga preponderância a declaração de posse de capacidades de leitura, escrita e cálculo plenamente suficientes para o trabalho que se faz. O julgamento parece recorrer, neste caso, a um critério implícito de ajustamento imediato em contexto de referência circunscrito (“este trabalho, aqui e agora”). O que remete, no plano estrutural, para o tipo de tecido económico que tem existido no país e para o sistema de emprego pouco qualificado que lhe tem correspondido; e, no plano cultural, para a eventual predominância de concepções estáticas perante o desempenho corrente do trabalho, as modalidades potenciais de trajectória profissional e o quadro global de intensa mutação dos mercados, das tecnologias, das organizações e das qualificações.

Esta última linha de considerações não pode fazer esquecer, em todo o caso, a presença, num largo conjunto dos portugueses adultos (cerca de metade dos inquiridos), da noção de que a melhoria das capacidades pessoais no domínio da literacia é algo de necessário e desejável. Aprofundar o assunto exigiria que se tivesse podido abordar mais detidamente, no quadro deste inquérito, as aspirações culturais e profissionais dos entrevistados ou ainda, mais globalmente, as suas estratégias de vida e as suas representações sociais sobre os horizontes de futuro da sociedade envolvente. Seja como for, a manifestação, nesta escala, do desejo de desenvolvimento pessoal das competências de literacia, e o perfil da sua distribuição pelos diversos segmentos da população, significa, duplamente, uma certa sensibilidade às fragilidades que se verificam no país neste domínio e um potencial considerável de procura de acções educativas adequadamente dirigidas à população adulta e de modalidades de formação que incluam a aquisição e o desenvolvimento deste tipo de competências.

*A compreensão dos contornos da literacia da população portuguesa passa pelo desenvolvimento de uma **análise relacional** em que, tomando como indicador central os níveis de literacia obtidos através da metodologia de avaliação directa, se identificam os principais traços da relação entre essa variável e um conjunto de outros indicadores, nomeadamente referentes a antecedentes escolares, práticas de leitura, escrita e cálculo, e auto-avaliação de competências nesses domínios.*

*A análise realizada permite, num primeiro momento, concluir que os níveis de literacia dos indivíduos não são independentes das suas **origens sociais**. A classe do grupo doméstico de origem e o grau de ensino dos pais ilustram com bastante evidência que as condições sociais herdadas condicionam o desenvolvimento das competências de leitura, escrita e cálculo, tendo-se verificado que a grande maioria dos indivíduos com níveis de literacia reduzidos são originários de famílias pertencentes a meios rurais ou proletários e nas quais os recursos escolares eram muito escassos. Também no acesso ao ensino pré-escolar se manifestam essas desigualdades sociais, sendo que a respectiva frequência está, igualmente, ligada a perfis de literacia bastante melhores.*

*Um segundo vector de análise consiste em relacionar a distribuição de competências de literacia de uma população com a utilização quotidiana dessas competências, ou seja, com as **práticas de leitura, escrita e cálculo**. Considerando a leitura de livros, revistas e jornais, observa-se que quanto mais elevado o nível de literacia, maiores são as taxas de leitura. Relativamente a outro tipo de práticas de leitura, de carácter mais informal, mas amplamente solicitadas na vida contemporânea, assiste-se igualmente a um crescimento regular da percentagem de leitores à medida que aumenta o nível de literacia. Quanto à escrita, mantém-se a tendência de forte relação com os níveis de literacia, mas, comparativamente com a leitura, trata-se de uma prática com expressão bastante mais reduzida no quotidiano dos indivíduos, estando praticamente ausente entre a quase totalidade daqueles com níveis de literacia mais reduzidos. As práticas de cálculo, quando relacionadas com os níveis de literacia, apresentam, em termos globais, uma distribuição aproximada à identificada para a leitura. Na actividade profissional verifica-se uma reduzida utilização genérica de materiais escritos, independentemente do domínio de literacia considerado, a par de uma mais acentuada variação dessas práticas com o nível de literacia. No quotidiano profissional dos indivíduos que se situam nos níveis de literacia mais baixos, as práticas de leitura, escrita e cálculo surgem mesmo sem qualquer expressão, indiciando uma ausência de solicitação dessas competências neste domínio.*

As auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo constituem um último conjunto de indicadores que foram relacionados com as competências de literacia. Globalmente, verifica-se que as auto-avaliações vão sendo cada vez mais positivas à medida que aumenta o nível de literacia. As pessoas inquiridas revelam-se, assim, bastante realistas, no sentido em que das suas respostas resultam padrões diferenciados e hierarquizados de auto-avaliações de capacidades, significativamente correlacionados com as distribuições dos níveis de literacia. Mas, em simultâneo, esta noção não está presente em segmentos importantes da população e os padrões de referência parecem ser, em geral, demasiado baixos, nomeadamente face às exigências crescentes que as dinâmicas da vida social contemporânea tendem a colocar. Quando as auto-avaliações de competências têm por referência a actividade profissional, verifica-se uma homogeneização dos resultados, que se traduz numa avaliação largamente maioritária de que as capacidades possuídas no domínio da literacia são plenamente suficientes para o trabalho que se tem de realizar. No entanto, quando questionados sobre o desejo de melhorar as competências de literacia, cerca de metade dos inquiridos declaram que gostariam de melhorar as capacidades de leitura, escrita e cálculo. Esta predisposição para obter um acréscimo de competências não se distribui uniformemente através dos diferentes níveis de literacia. No Nível 0, o desejo de melhorar as competências de literacia é partilhado apenas por cerca de um terço dos indivíduos, crescendo esse valor de forma acentuada até ao Nível 2. Nos níveis de literacia mais elevados regista-se alguma diminuição. Neste caso, muitos terão propensão para achar que já nada mais de relevante têm a aprender, no que diz respeito às capacidades básicas de ler, escrever e contar, enquanto que entre os que têm reduzidas competências de literacia parece manifestar-se uma diminuição da capacidade de percepção do problema, acompanhada de sentimentos de impotência para lhe fazer frente.